

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

DIOGO SANTOS GOMES

**O MUSEU E O FOLCLORISTA:
a gestão de Dante de Laytano no Museu Julio de Castilhos**

Porto Alegre

2023

DIOGO SANTOS GOMES

**O MUSEU E O FOLCLORISTA:
a gestão Dante de Laytano no Museu Julio de Castilhos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Museologia na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora:

Prof. Ana Carolina Gelmini de Faria

Porto Alegre

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor Carlos André Bulhões

Vice-Reitora Patrícia Helena Lucas Pranke

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora Ana Maria Moura

Vice-Diretora Vera Regina Schmitz

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefia Rene Faustino Gabriel Júnior

Chefia Substituta Caterina Marta Groposo Pavão

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE MUSEOLOGIA

Coordenadora Márcia Regina Bertotto

Coordenadora Substituta Vanessa Barrozo Teixeira Aquino

CIP - Catalogação na Publicação

GOMES, Diogo Santos
O MUSEU E O FOLCLORISTA: a gestão de Dante de
Laytano no Museu Julio de Castilhos / Diogo Santos
GOMES. -- 2023.
70 f.
Orientadora: Ana Carolina Gelmini de Faria.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Museologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. História dos Museus. 2. Folclore. 3. Identidade
Nacional. 4. Museu Julio de Castilhos. 5. Dante de
Laytano. I. Faria, Ana Carolina Gelmini de, orient.
II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705

Bairro Santana

Porto Alegre - RS

Telefone (51) 33085067

E-mail: fabico@ufrgs.br

DIOGO SANTOS GOMES

**O MUSEU E O FOLCLORISTA:
a gestão Dante de Laytano no Museu Julio de Castilhos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Museologia na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora:

Prof. Ana Carolina Gelmini de Faria

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Ana Carolina Gelmini de Faria (Orientadora) - UFRGS

Prof^a. Dra. Ana Celina Figueira da Silva- UFRGS

Prof^a. Me. Marlise Giovanaz - UFRGS

Defendido em Porto Alegre, 31 de março de 2023.

AGRADECIMENTOS

Tenho muitas coisas para agradecer nesse período da minha vida. A execução deste trabalho de conclusão é algo fenomenal no meu percurso, já que o “Diogo” que entrou no curso de Bacharelado em Museologia em 2017 nem sonharia em ter conseguido passar por isso da forma que aconteceu.

Agradeço aos meus pais, Fernando de Oliveira Gomes e Janaína Filadélfia Santos Gomes por terem me apoiado e incentivado sempre que precisei. Ainda lembro de quando me convenceram a tentar o vestibular em um momento que eu não tinha convicção nenhuma do que fazer da vida. Por mais que discordemos em certos momentos, agradeço do fundo do meu coração pelo suporte e carinho, já que sem vocês eu não estaria nem perto de ter chegado até aqui.

Agradeço muito a Brenda Lima Dias por todo amor e companheirismo nesses meus anos na FABICO. A pessoa que aguentou a todos os meus surtos e dramas enquanto passava pelos semestres finais do curso e pela produção deste trabalho. Muito obrigado por me ajudar a manter o foco quando eu tentava procrastinar minhas atividades e por me oportunizar momentos de respiro em meio a toda confusão. Obrigado por ter tido paciência comigo.

Agradeço a Fernanda Santos Gomes, a quem sempre me inspirei e olhei com grande admiração. A pessoa que foi a primeira da família a ter uma graduação e quem mais me influenciou a entrar na UFRGS. Guardo na memória as vezes que me guiou por Porto Alegre e me fez ter o primeiro contato com o mundo universitário. A pessoa que cuidou de mim desde os tempos de escola até hoje.

Da mesma forma, agradeço muito ao I. E. E Assis Chateaubriand, escola onde estudei durante toda minha infância e adolescência e que me possibilitou ter condições de entrar na UFRGS.

Agradeço a toda equipe docente do curso de Museologia, que fizeram me apaixonar pelo mundo acadêmico e me oportunizaram experiências incríveis nesse período na universidade; a equipe do LAPEM, em especial Elias Palminor Machado e Ana Celina Figueira da Silva que me ensinaram tudo sobre documentação, repositórios digitais e principalmente nosso querido “*Tainacan*”; à Lourdes Maria Agnes, minha parceira de viagem com quem fiz minha primeira viagem acadêmica

para fora do Rio Grande do Sul; ao Museu Julio de Castilhos, que me permitiu executar grande parte de pesquisa para este trabalho na sua documentação.

Agradeço principalmente a Ana Carolina Gelmini de Faria, minha professora e orientadora. A pessoa que me convenceu que Museologia era o que eu queria para a vida a partir da disciplina de Teoria Museológica no terceiro semestre; quem me ofereceu a primeira bolsa de extensão na área; quem me ajudou a produzir minhas primeiras publicações e me levou ao projeto que mais influenciou na escolha de tema deste trabalho. Obrigado por todos ensinamentos e oportunidades.

Obrigado a todos que passaram pela minha trajetória e de alguma forma me ajudaram a conquistar tudo isso. Estou ansioso para saber o que nos espera no futuro!

A preservação do patrimônio cultural é um ato e um fato político e temos que assumi-lo como tal, mesmo nas nossas áreas específicas de atuação profissional. No caso do museólogo, trabalhador social, significa não recusar a dimensão e o risco político do seu trabalho.

Guarnieri, 1990

RESUMO

O trabalho investiga a relação entre o campo dos museus e o campo do folclore a partir da perspectiva do agente Dante de Laytano, diretor do Museu Júlio de Castilhos (MJC) e Secretário-Geral da Comissão Estadual do Folclore do Rio Grande do Sul (CEF) na década de 1950. Em 1948, Laytano fez parte da criação da CEF, grupo sediado no prédio do MJC e que atuava como representante regional da Comissão Nacional do Folclore (CNFL), organização vinculada ao Movimento Folclorista Brasileiro (MFB) que tinha como um de seus objetivos principais, a construção de uma identidade nacional. Em âmbito sul-rio-grandense, a CEF buscava a construção de uma identidade regional, promovendo ações paralelamente aos agentes do que viria a ser o Movimento Tradicionalista Gaúcho. A análise foi realizada em fontes documentais institucionais e bibliográficas, perante uma abordagem qualitativa, tendo por aporte teórico os conceitos de campo, agente, folclore e identidade nacional para compreender como Laytano transitou entre os campos e fez do Museu um espaço que legitimaria as ações do MFB. Identifica como resultado, que este processo se desenvolveu a partir de diversos embates, fazendo do MJC campo de batalha pela “memória oficial do estado do Rio Grande do Sul”, gerando consequentemente diversos desdobramentos, como grandes eventos nacionais, pesquisas e publicações sobre o tema do folclore. Conclui-se que a atuação do Movimento Folclorista Brasileiro no Rio Grande do Sul a partir de Laytano fez com que o MJC fosse peça central nos debates sobre o tema, considerando que a imagem do Museu e de seu diretor estavam completamente atreladas.

PALAVRAS-CHAVE: História dos Museus; Folclore; Identidade Nacional; Museu Julio de Castilhos; Dante de Laytano.

ABSTRACT

This paper investigates the relationship between the museums and folklore fields of study from the perspective of the agent Dante de Laytano, the director of the Museu Julio de Castilhos (Júlio de Castilhos Museum - MJC) and general-secretary of the Comissão Estadual do Folclore do Rio Grande do Sul (State Commission on Folklore / RS - CEF/RS). In the year of 1948, Laytano collaborated for the creation of CEF, a group that was located in the MJC's building, working as a regional representation of the "Comissão Nacional de Folclore" (National Commission on Folklore - CNFL), an organization which the primary purpose was the creation of a national identity. Movimento Folclorista Brasileiro (Brazilian Folklore Movement - MFB). In the state, the CEF was working on the creating a regional identity, promoting their efforts by the agents from Movimento Tradicionalista Gaúcho (traditionalist movement - MTG). This analysis was made in institutional and bibliographical documental sources, as qualitative research, supported by the theoretical concepts of "field", "agent", "folklore" and "national identity" to understand how Dante de Laytano worked between the fields and use the museum to legitimate the MFB's working. This process got to this many conflicts, turning the MJC into a battlefield for the "state's official memory", producing developments such as National events, research, and publications about folklore. Laytano's work representing the MFB, transformed the MJC into a big character in the debates about the theme, considering that Dante de Laytano's name and the museum were completely linked.

KEY WORDS: History of Museums. Folklore. National identity. Júlio de Castilhos Museum. Dante de Laytano.

LISTA DE SIGLAS

CDFB - Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro
CEF - Comissão Estadual de Folclore
CNFL - Comissão Nacional de Folclore
CTG - Centro de Tradições Gaúchas
FUNBEC- Fundação Brasileira de Ensino de Ciências
IBECC - Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura
ICOM - Conselho Internacional de Museus
MARGS - Museu de Artes do Rio Grande do Sul
MCN - Museu de Ciências Naturais do Rio Grande do Sul
MJC - Museu Julio de Castilhos
MFB - Movimento Folclórico Brasileiro
MUSECOM - Museu da Comunicação Hipólito José da Costa
MHN - Museu Histórico Nacional
MTG - Movimento Tradicionalista Gaúcho
RS - Rio Grande do Sul
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Organograma apresentando a dinâmica de hierarquia entre as organizações **26**
- Figura 2** - Presidente Getúlio Vargas perante a manifestação de grupo de tradições gaúchas durante as atividades do Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore, em 1951 **28**
- Figura 3** - Heloísa Torres discursando no Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore, em 1951 **31**
- Figura 4** - Cabeçalho de correspondência de Dante de Laytano sobre a Comissão Gaúcha do Folclore expedida do Museu Júlio de Castilhos **37**
- Figura 5** - Organograma das dinâmicas acerca do Movimento Folclórico Brasileiro **41**
- Figura 6** - Cartaz de divulgação do IV Congresso Brasileiro de Folclore **50**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO FOLCLÓRICO BRASILEIRO EM MEADOS DO SÉCULO XX	23
2.1 A Comissão Nacional do Folclore	31
2.2 A Comissão Rio-Grandense do Folclore	35
3 ENTRE O FOLCLORE E O MUSEU	42
3.1 Dante de Laytano: um folclorista no campo dos museus ou um profissional de museus no campo do folclore?	44
3.2 A inserção do Museu Julio de Castilhos nos debates sobre o folclore	47
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	60
ANEXO A - ESQUEMATIZAÇÃO DO MUSEU ETNOLÓGICO BRASILEIRO SEGUNDO GUSTAVO BARROSO (BARROSO, 1945B)	64

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2019, próximo de completar metade da graduação em Museologia, fui convidado a integrar o projeto de pesquisa chamado “O campo dos museus brasileiros: uma história dos museus a partir da atuação de seus agentes”¹. O estudo, que buscava investigar e evidenciar agentes que atuavam no campo dos museus na primeira metade do século XX, me provocou a olhar com mais atenção sobre uma área que eu ainda não havia explorado durante a minha formação. Com a pesquisa passei a ter interesse em discussões sobre folclore e tradicionalismo regional, ao me deparar pela primeira vez com um desses agentes, o historiador e folclorista Dante de Laytano², diretor do mais antigo museu em funcionamento do estado do Rio Grande do Sul, o Museu Julio de Castilhos (MJC)³, durante a década de 1950.

O início desse período no Brasil foi marcado pelo segundo mandato de Getúlio Vargas na presidência⁴. Um governo constituído pelo estado forte e caracterizado pelo populismo, em busca da reinvenção de uma identidade nacional. Desde o período do Estado Novo, entre 1937 e 1945, o governo já evidenciava ações de viés nacionalista com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), utilizando a cultura como ferramenta para fomentar essa busca por uma união nacional. Ao final do Estado Novo, na década de 1940

¹ O projeto “O campo dos museus brasileiro: uma História dos Museus a partir da atuação de seus agentes” [nº 34003 PROPESQ/UFRGS] teve por desafio investigar a contribuição de diferentes agentes do país na legitimação do campo dos museus, especialmente na primeira metade e meados do século XX, momento que foi estabelecida uma operação teórico-metodológica para a legitimação dos museus enquanto instrumentos culturais e de aprendizado. Foi encerrado em 2021 ao ser ampliado temporal e geograficamente, atualizado sob o título “História dos museus e da museologia a partir da atuação de seus agentes” [nº 41879 PROPESQ/UFRGS], no qual integro a equipe de pesquisadores sob coordenação da profa. Dra. Ana Carolina Gelmini de Faria. A atual pesquisa tem o certificado de apresentação de apreciação ética sob número 58646822.5.0000.5347.

² Dante de Laytano foi juiz, professor, jornalista, folclorista, historiador e escritor porto-alegrense. Diretor do Museu Julio de Castilhos durante a década de 1950, atuou paralelamente no cargo de secretário-geral da Comissão Gaúcha de Folclore, sendo um dos folcloristas mais influentes na região sul do país.

³ O Museu Julio de Castilhos foi fundado em 1903, sendo o Museu mais antigo do Rio Grande do Sul. Mais informações disponíveis em: museujuliodecastilhos.blogspot.com/p/historico-do-museu. Acesso em dezembro de 2022.

⁴ Getúlio Vargas foi o presidente do Brasil por quase duas décadas. De 1930 a 1945 e de 1951 a 1954, quando foi eleito de forma democrática. Para mais informações sobre Vargas relacionadas ao tema, recomendo a dissertação de Mestrado “Cultura e Povo: reflexões da Revista Cultura Política (1941-1945)”, de Edilaine Custódio Ferreira, disponível em: repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/2939/1/000163960.pdf Acesso em dezembro de 2022.

movimentos culturais regionais ganharam força em todo o Brasil, dando origem ao Movimento Folclórico Brasileiro (MFB), iniciativa que reunia intelectuais que identificavam o folclore como a referência na formação dessa identidade nacional, alcançando diversos espaços culturais.

Em busca de institucionalizar o movimento foi criada a Comissão Nacional de Folclore (CNFL), uma das comissões permanentes do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), responsável por aproximar a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) aos intelectuais e aos espaços culturais nacionais. Essa movimentação estimulou a criação de comissões em quase todos os estados brasileiros, inclusive no Rio Grande do Sul (RS). A força do movimento no período se dava na articulação dos folcloristas brasileiros, legitimados por diversas ações culturais promovidas pela Comissão, entre essas ações, os Congressos Nacionais do Folclore. Na década de 1950 ocorreram quatro Congressos Nacionais do Folclore, sendo eles em 1951 no Rio de Janeiro, em 1953 em Curitiba, em 1957 em Salvador e em 1959 em Porto Alegre.

A atuação da Comissão no estado e os congressos conversam diretamente com contexto cultural que se seguiu nos anos seguintes, moldando a construção da ideia de folclore e tradicionalismo em âmbito nacional e regional. Dessa forma, propõe-se acompanhar a atuação de Dante de Laytano tanto como agente do campo dos museus quanto folclorista. A partir disso, traça-se por interesse avaliar suas atuações na construção de identidades locais e nacionais pelo viés do folclore.

Com a identificação da falta de informações relacionadas à atuação de profissionais de museus no campo folclórico, buscamos informações sobre seus agentes e diagnosticamos uma complexa teia de movimentos que vinculam o Museu Julio de Castilhos aos folcloristas no Rio Grande do Sul em meados do século XX. Estes movimentos são imprescindíveis para compreender a dinâmica do folclore como patrimônio. Assim, buscando compreender essas múltiplas dinâmicas, a pesquisa tem por **problemas norteadores**: como intelectuais que atuavam como profissionais de museus se articularam em meados do século XX para tratar a identidade nacional a partir do folclore? Identificando o diretor do Museu Julio de Castilhos, Dante de Laytano, como um dos folcloristas, é possível acompanhar sua

atuação na Comissão Gaúcha do Folclore? Como o intelectual aproximou os campos do folclore e dos museus?

Com a proposta de elucidar os problemas apresentados, foram levantados alguns objetivos a serem alcançados. O **objetivo geral** da pesquisa concentra-se em investigar de que modo o folclore foi tratado como estratégia de concepção de uma identidade nacional a partir da perspectiva de Dante de Laytano, a fim de mapear articulações entre os campos dos museus e do folclore por parte do diretor do Museu Julio de Castilhos. Nessa perspectiva, se determina como **objetivos específicos**:

- a) Compreender o contexto político, social e cultural de meados do século XX no que tange a institucionalização do folclore enquanto instrumento de construção de uma identidade nacional;
- b) Mapear a atuação de Dante de Laytano, ora assumindo-se como agente do campo dos museus no movimento folclórico, ora como folclorista atuando em um museu;
- c) Identificar a representação do estado do Rio Grande do Sul nos debates nacionais sobre folclore a partir da interpretação de Dante de Laytano;
- d) Analisar como foi articulado por Laytano a interação entre os campos do folclore e dos museus.

Considerando a temática apresentada, buscou-se os objetivos a partir de um recorte sobre os processos que tocam as atuações dos agentes dos museus em relação ao movimento folclórico. A baixa produção sobre a relação entre os campos evidencia a necessidade de pesquisa na área, levando em conta que estudos sobre a temática tendem a alcançar outros campos relacionados ao assunto.

Nesse contexto identifiquei produções de Letícia Borges Nedel (1999, 2005a, 2005b, 2011), que abordam a temática do folclore e a influência no campo cultural, mas com um olhar direcionado para o tradicionalismo e concepções de identidade regional no Rio Grande do Sul, sem abordar diretamente o papel dos museus no processo. Luís Rodolfo da Paixão Vilhena (1990, 1995) em suas obras abrange os eventos organizados pela Comissão Nacional do Folclore, mas sem um olhar sobre os agentes dos museus envolvidos. Com essas considerações, compreende-se que a pesquisa contribuirá para o campo museal a partir do reconhecimento destes

agentes e da análise sobre a atuação dos profissionais, ampliando o olhar sobre a importância das instituições culturais sobre a identidade nacional estabelecida no país.

A partir de leituras realizadas durante a graduação em Museologia e minha participação em projetos relacionados à pesquisa museológica, a busca de informações se iniciou em bases de dados digitais. Com a seleção de palavras-chaves como Folclore, Cultura, Gauchismo, Identidade Nacional, entre outros, identifiquei produções que colaboraram com a pesquisa.

Ao buscar teses, dissertações e artigos foi considerada as produções que contextualizam a expressão cultural dos intelectuais do período, pois são estudos pertinentes para um diálogo com a pesquisa proposta. Estes abordam diferentes perspectivas de contato: seja pelo debate sobre folclore, agentes envolvidos nesse processo, eventos e desdobramentos. Desta forma serão apresentados os textos que mais se relacionam com o problema de pesquisa (Quadro 1).

Quadro 1 - Estado da Arte

MODALIDADE	TÍTULO	AUTORIA	ANO	CONVERGÊNCIAS
Tese	Ciência, Educação e Sociedade: O Caso do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) e da Fundação Brasileira de Ensino de Ciências (FUNBEC)	Antonio Carlos Souza de Abrantes	2008	Comissão Nacional do Folclore / Congressos Brasileiros do Folclore
Tese	Projeto e Missão: O movimento folclórico brasileiro (1947 - 1964)	Luís Rodolfo da Paixão Vilhena	1995	Identidade Nacional / Regional
Dissertação	Paisagens da Província: O regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta.	Letícia Borges Nedel	1999	Folclore / Museu Julio de Castilhos
Artigo	A “ <i>imaginação Museal</i> ” dos Folcloristas”	Vânia Dolores Estevam de Oliveira	2012	Imaginação Museal / Folclore
Artigo	Entre a beleza do morto e os excessos dos vivos: folclore e tradicionalismo no Brasil meridional	Letícia Borges Nedel	2011	Identidade Regional / Agentes de Museus

Artigo	Dante de Laytano e o Folclore no Rio Grande do Sul	Daisy Macedo de Barcellos	1997	Agentes / Dante de Laytano
--------	--	---------------------------	------	----------------------------

Fonte: Do autor, 2022.

A tese de doutorado “Ciência, Educação e Sociedade: O Caso do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) e da Fundação Brasileira de Ensino de Ciências (FUNBEC)” de 2008, produzida por Antonio Carlos Souza de Abrantes apresenta o IBECC, instituto que a partir de uma proposta em torno de uma reforma na educação, financiou a criação de comissões em vários setores da cultura, entre eles a Comissão Nacional do Folclore. O texto explora como se deu os movimentos do Instituto em relação à educação, e aborda em seu segundo capítulo articulações do movimento folclórico. Compreendendo a relação do tema com o conteúdo que pretendo abordar no projeto, nas referências da referida tese, identifiquei os estudos produzidos por Luís Rodolfo da Paixão Vilhena.

Buscando sobre Vilhena, explorei especificamente a sua tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), “Projeto e Missão: O movimento folclórico brasileiro (1947-1964)”, de 1995. A produção aborda as relações dos intelectuais do período, pela coordenação da Comissão Nacional do Folclore, com a busca pela institucionalização de movimentos regionais sobre a preocupação da construção de uma identidade nacional.

A partir do estudo de Vilhena referente ao desenvolvimento do MFB, utilizo o artigo de Vânia Dolores Estevam de Oliveira (2012), “A *“imaginação Museal”* dos Folcloristas” para estabelecer a ligação entre os campos que são abordados no projeto. Neste texto, Oliveira (2012) aponta os indícios da “imaginação museal”, estabelecida por Chagas (2003), no pensamento dos intelectuais da área do folclore de meados do século XX, que segundo a autora, resultou na institucionalização dos estudos sobre o assunto e promoveu a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro em 1958.

Seguindo este debate, chegamos à dissertação de mestrado de Letícia Borges Nedel (1999). A produção “Paisagens da Província: O regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta” analisa as

relações do regionalismo rio-grandense e memória social, sobre a perspectiva dos movimentos que ocorreram no Museu Julio de Castilhos na década de 1950.

O projeto foi direcionado para outra produção de Nedel (2011), o artigo “Entre a beleza do morto e os excessos dos vivos: folclore e tradicionalismo no Brasil meridional” que traz o foco da pesquisa para participação gaúcha no Movimento Folclórico Brasileiro nas décadas de 1940 a 1960. Com esse texto podemos identificar as discussões que conduziram ao Congresso Nacional de 1959 em Porto Alegre e quais temáticas estavam na pauta do movimento durante o período.

Letícia Nedel promove discussões acerca dos espaços culturais e como se conduziram suas ações durante tal período, de forma que podemos vincular seus trabalhos a um anterior artigo, de Daisy Macedo de Barcellos (1997), denominado “Dante de Laytano e o Folclore no Rio Grande do Sul”, que aborda a produção intelectual de Dante de Laytano, diretor do Museu Julio de Castilhos na década de 1950 e primeiro presidente da Comissão Estadual do Folclore, organização regional que representava os interesses da CNF. A atuação de Dante de Laytano nos aponta a grande participação dos agentes dos museus no Movimento Folclórico Brasileiro, o que conversa com a questão de como os museus atuaram nesses processos e como os agentes estavam presentes nestas articulações.

Desta forma, o trabalho utilizará destes estudos já produzidos sobre o tema com o intuito de destacar o campo da Museologia nos processos que incorporaram o Movimento Folclórico Brasileiro. Assim, se aprofundando nos detalhes que compõem o processo de construção de identidade regional do Rio Grande do Sul, observa-se a atuação do agente Dante de Laytano na intersecção entre os campos dos museus e do folclore.

Estas produções ajudam a identificar o recorte temporal sobre o qual este projeto se propõe a discutir. O período de atuação dos folcloristas se desdobra sobre a maior parte do século XX, mas observamos ações enfáticas ao Movimento Folclórico Brasileiro principalmente entre as décadas de 1940 e 1960. Sendo mais específico ainda, observa-se que o período que me cabe pesquisar e desenvolver sobre esta proposta aborda estritamente a década de 1950, enquanto Dante de Laytano se apresentou tanto como diretor do Museu Julio de Castilhos quanto Secretário Geral da Comissão Estadual do Folclore.

Nesta perspectiva, a partir da temática e das produções analisadas, os conceitos estabelecidos para nortear o projeto foram baseados nas relações entre os temas que abrangem a pesquisa. Partindo dessa perspectiva, os conceitos utilizados foram: campo, agente, folclore e identidade nacional.

O conceito de *campo*, segundo Pierre Bourdieu, é um microcosmo incluído no macrocosmo constituído pelo espaço social global. Desta forma, sendo um "sistema" ou um "espaço" estruturado de posições ocupadas por diferentes agentes. É um espaço de lutas e uma arena onde está em jogo uma negociação entre os que ocupam estas diversas posições. Em suas palavras:

A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar - ou orientar - todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades. (BOURDIEU, 1989, p.27)

A partir de campo, outro conceito que foi utilizado é *agente*, estabelecido por Bourdieu (1977), que compreende que agentes são aqueles que são inseridos em uma posição determinada do espaço social, sendo portadores de um conjunto específico de disposições incorporadas nas situações sociais. Por um lado, o termo marca a distância que se estabelece em relação às concepções subjetivista e individualista, que tendem a se limitar à experiência imediata dos sujeitos.

Pensando sobre a atuação dos indivíduos, percebe-se que estes estabelecem seus objetivos prioritários e selecionam as estratégias a serem utilizadas em cada ação, sempre de acordo com seu sistema de disposições socialmente estruturadas. De acordo com Nogueira, a partir das propostas de Bourdieu:

A adoção do termo "agente" por Bourdieu está relacionada ao seu esforço de construção de uma teoria da ação prática, ou seja, de um conhecimento sobre o modo como agentes concretos, inseridos em uma posição determinada do espaço social e portadores de um conjunto específico de disposições incorporadas, agem nas situações sociais. (NOGUEIRA, 2017, p. 26)

O conceito de agente contextualiza que tipo de indivíduo será abordado na pesquisa, explicitando os movimentos propostos por essas pessoas que são responsáveis pela dinâmica e processo de trabalho em suas determinadas áreas.

Com isso, identifica-se como conceito central da pesquisa, o que tange o termo *folclore*. Das diversas fontes que constroem seu significado temos em uma perspectiva nacional, segundo Cascudo (1967) na produção “Folclore no Brasil”, que o folclore contempla que todas as populações possuem tradições que se transmitem de forma oral e se conservam pelos costumes. Esse processo de tradições que se integram aos hábitos grupais, domésticos e nacionais é o que é chamado de folclore.

A palavra vem da língua inglesa, como é explicado por Biasi (2008) na sua produção “Escola, Folclore e Cultura: Perspectivas Políticas e Pedagógicas”:

A etimologia da palavra folclore nos remete, portanto, a dois termos em inglês: “*folk*” e “*lore*”, cujos significados são respectivamente: povo e conhecimento. Esse termo teve origem em meados do século XIX. Cunhado pelo arqueólogo inglês William John Thoms (1803-1885), tinha como objetivo designar os registros das cantigas, das narrativas, dos costumes e usos dos tempos antigos. (BIASI, 2008, p.31)

O conceito de folclore é utilizado durante todo processo da pesquisa, considerando a relação do termo com o objeto de estudo. Esta análise contempla a interpretação do termo durante o período pesquisado, observando a utilização do folclore como ferramenta no processo de construção de identidades regionais.

A partir desta vontade dos folcloristas, ao ponto de projetarem as características de determinadas populações a partir do estudo sobre tradições populares e folclore, deve-se apresentar o conceito de *identidade nacional*. Segundo Ortiz (1986) no livro “Cultura Brasileira e Identidade Nacional”:

Identidade nacional e cultura popular se associam ainda aos movimentos políticos e intelectuais nos anos 50 e 60 e que se propõem redefinir a problemática brasileira em termos de oposição ao colonialismo. [...] No embate anticolonialista, o que deve ser ressaltado aqui é a vinculação entre a identidade nacional e Estado Nacional; [...] decifrar uma “essência” brasileira, as discussões em torno do que seria verdadeiramente nacional e popular correspondem a um momento em que existe uma luta ideológica que se trava em torno do estado. (ORTIZ, 1986, p.130)

Com base nesta definição, consideramos o campo de embate dos intelectuais folcloristas, esta busca pela sua interpretação do que seria a identidade regional e nacional dos brasileiros e como seria preservada e disseminada.

Desta forma, o estudo proposto caracteriza-se como uma pesquisa acadêmica, de natureza básica, cuja análise foi realizada em fontes bibliográficas e documentais, com estudo de caso, a partir de uma abordagem qualitativa, a fim de identificar o contexto das atuações do agente de museus, Dante de Laytano, junto ao movimento folclórico.

A investigação foi produzida sobre diferentes materiais relacionados ao tema, que foram identificados no decorrer da proposta. O Museu Julio de Castilhos se apresenta como espaço central na pesquisa, quando o enfoque se localiza sobre o Rio Grande do Sul. Isto se dá pelas correspondências emitidas e recebidas por Dante de Laytano, no período em que ocupou os cargos de secretário geral da Comissão Estadual do Folclore e diretor do Museu Julio de Castilhos. No Rio Grande do Sul se apresentaram outros espaços que foram ser utilizados como fontes de informação e materiais, como o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (MUSECOM), onde foi identificado por meio de uma pesquisa no repositório digital da instituição um cartaz de divulgação do IV Congresso Brasileiro de Folclore, evento o qual Laytano fez parte da organização.

Em âmbito nacional, em espaços como a Biblioteca Nacional foram identificados como potenciais fontes, jornais do "Correio da Manhã", periódicos lançados ao decorrer do século XX - onde se encontram diversas informações referentes ao processo de organização dos congressos -, e da gestão da Comissão Nacional do Folclore. Outras instituições foram identificadas como fontes de acervo documental e arquivístico sobre o tema, como o Museu Histórico Nacional (MHN) e especialmente a Hemeroteca de Gustavo Barroso⁵, outro agente do campo dos museus diretamente envolvido com os debates nacionais sobre folclore. Outras fontes como fotografias e documentos localizados em repositórios digitais e citações sobre os eventos organizados pela CNFL em trabalhos acadêmicos incorporaram o desenvolvimento da pesquisa.

A metodologia foi conduzida a partir de revisão bibliográfica iniciada com estado da arte, buscando identificar referências que poderiam complementar a pesquisa junto às informações que já haviam sido levantadas. A partir dos materiais,

⁵ Gustavo Barroso foi um advogado, professor, museólogo, político, contista, folclorista, cronista, ensaísta e romancista cearense que é considerado mestre do folclore brasileiro. Foi o primeiro diretor do Museu Histórico Nacional, atuando no cargo de 1922 a 1930.

foi produzida uma análise documental e de conteúdo sobre as fontes, especificando o recorte mais adequado sobre a pesquisa. Essa análise documental partiu da busca e da categorização de documentos considerados mais promissores. Com isso, se produziu um processo de investigação que favoreceu a observação do objeto de estudo, apontando o percurso em que as decisões foram sendo tomadas e as técnicas utilizadas no manuseio do documento (PIMENTEL, 2001).

Esse contexto permitiu que uma análise do conteúdo fosse executada de forma quantitativa e qualitativa, sendo um meio de expressão do sujeito pesquisado, permitindo que fosse utilizado vários procedimentos, tais como: leitura flutuante, que é uma leitura inicial identificando as características principais do documento, hipóteses, objetivos e elaboração de indicadores que possam fundamentar a interpretação (BARDIN, 1977).

Desta forma, a partir do desenvolvimento da pesquisa, o trabalho foi dividido em quatro seções. Primeiramente, foi introduzida a reflexão sobre o papel do folclore na construção de uma identidade nacional em meados do século XX sobre a perspectiva de Dante de Laytano como agente do campo dos Museus.

A segunda seção intitulada A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO FOLCLÓRICO BRASILEIRO EM MEADOS DO SÉCULO XX apresenta o contexto político, social e cultural do período no que tange o movimento folclórico e as articulações que moldaram a Comissão Nacional do Folclore e a Comissão Rio-Grandense do Folclore.

A terceira seção, denominada ENTRE O FOLCLORE E O MUSEU, apresenta reflexões sobre a atuação do agente de museus e folclorista Dante de Laytano e destaca como suas articulações posicionaram o estado do Rio Grande do Sul nos debates nacionais acerca do movimento folclórico enquanto ainda atuava como diretor do Museu Julio de Castilhos.

A última seção apresenta considerações sobre os métodos utilizados por Laytano na sua atuação dentro da instituição e qual foi o papel dos museus na construção dessa identidade a partir do folclore, considerando o Museu Julio de Castilhos peça central na propagação das ações do movimento folclórico no estado.

Com o interesse em refletir sobre os meandros da construção da identidade gaúcha, a partir dos movimentos de um folclorista e agente do campo dos museus,

convido a quem estiver lendo a descobrir com este curioso pesquisador, as dinâmicas registradas nas correspondências de Dante de Laytano.

2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO FOLCLÓRICO BRASILEIRO EM MEADOS DO SÉCULO XX

Na segunda metade do século XIX foram iniciados os primeiros estudos sobre folclore no Brasil, sob influência das novas teorias científicas da Europa que chegavam aos intelectuais do país, tais como darwinismo, positivismo, naturalismo, entre outras. As produções sobre o movimento folclórico indicam Sílvio Romero⁶, folclorista, professor e historiador de literatura brasileira como seu principal precursor. Nascido em Sergipe em 21 de abril de 1851, Romero produziu diversas publicações nos quais divulgou suas ideias, em sua maioria com intuito de analisar a origem e formação do povo brasileiro (SEVERO, 2013).

O autor Alberto Luiz Schneider (2005) diz que a obra de Sílvio Romero é marcada pela influência do cientificismo evolucionista de fins do século XIX, um cientificismo que seria racista em sua interpretação da sociedade, da literatura e da população brasileiras. No entanto, haveria um traço ainda mais forte na obra de Romero: “uma concepção essencialista, culturalista e romântica de nação” (2005, p. 45). Assim nós teríamos uma obra paradoxal e até mesmo contraditória, devido ao encontro ou ao choque entre uma vertente romântica e outra científica. (GUESSE, 2009. p. 28)

As articulações exercidas para promover o movimento seguiram crescendo a partir do estudo destas ideias na primeira metade do século XX. Este período coincide com o primeiro mandato do governo de Getúlio Vargas, quando se deu início a um projeto destinado à busca por uma unidade nacional. Segundo Ferreira (2006, p.9):

Durante o Estado Novo instalou-se uma política autoritária e centralizadora que procurou trabalhar por diversos mecanismos ideológicos, a construção do nacional, do homem brasileiro, do povo. Nesse momento foi criado pelo decreto lei 1915, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda - 1939), com a função de elucidar a opinião nacional, sobre as diretrizes doutrinárias do regime em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira, resultando numa propaganda ideológica tendente a ocultar as contradições da estrutura social, efetivando o conformismo, com o objetivo

⁶ Sílvio Romero é considerado autor das primeiras pesquisas, ensaios e críticas que tiveram fundamento teórico e científico no âmbito do folclore nacional. Integrou ativamente diversas áreas, publicando inúmeros livros nos quais divulgava suas ideias, em sua maioria destinadas a analisar a origem e formação do povo brasileiro. Não é intenção deste trabalho abordar a atuação de Romero no campo folclórico, apenas ilustrar como se iniciam os estudos sobre o tema no país. Para saber mais sobre este agente, recomendo a tese de mestrado de Cristine Zirbes Severo, de 2013, intitulada “Do Folclore à Ficção: Sílvio Romero e Simões Lopes Neto”. Disponível em: lume.ufrgs.br/handle/10183/172385. Acesso em: Janeiro de 2023.

de promover um consenso entre os valores e padrões culturais. A criação desse órgão foi um importante meio de legitimação da proposta de unidade nacional, construído através de uma política centralizadora que propagava a imagem de harmonia social.

Desta forma, o folclore torna-se no governo Vargas uma ferramenta ideal para a promoção desta identidade nacional, ampliando as ações do MFB. As pesquisas sobre o povo promovidas pelos intelectuais da primeira metade do século XX são estimuladas e facilitadas pelo estado para execução deste plano (FERREIRA, 2006). Cabe ressaltar que o debate sobre o que se considerava por povo ganhou, inclusive, fôlego no campo dos museus, considerado um dos instrumentos do estado para educar tal segmento, indo ao encontro da abordagem política do contexto Era Vargas, governo que esteve comprometido com uma atuação no âmbito da cultura direcionada tanto para as elites intelectuais como para as camadas populares. De acordo com Faria (2017, p.151-152):

Pécaut (1987) analisa como foi construída a relação entre os segmentos elite e povo na primeira metade do século XX. Os intelectuais, com destaque nas décadas de 1920 a 1940, envolveram-se intensamente com o problema da identidade nacional e das instituições. Inseridos nas classes mais abastadas, os intelectuais consideravam que organizar a nação era a vocação da elite e, conseqüentemente, deles mesmos, bem como reivindicar uma ciência do social: em jogo estavam projetos que auxiliariam o estado na construção da sociedade. Os intelectuais acreditavam que prestavam um serviço político para a constituição de uma ordem nacional. A concretização da modernização da sociedade brasileira passava, inevitavelmente, pelo povo, que se tornou um dos propósitos desses projetos: “[...] forjar um povo também é traçar uma cultura capaz de assegurar a sua unidade” (PÉCAUT, 1987, p.15)

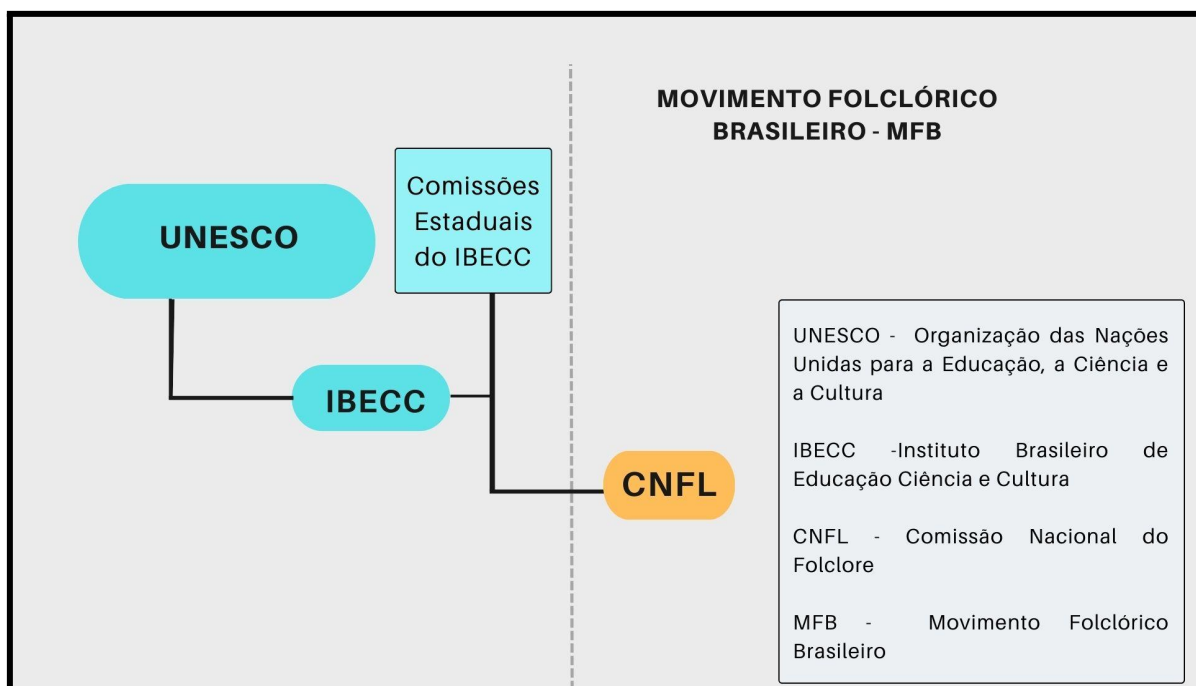
Nessa conjuntura, na década de 1940, o folclore consolidou-se em debates do campo político, social e cultural brasileiro. Isto se evidencia por uma série de evidências como, por exemplo, em 1942, quando Gustavo Barroso, naquele momento diretor do Museu Histórico Nacional, propôs a criação de um Museu Folclórico Nacional (anexo A), projetando uma aproximação dos campos dos museus e do folclore (ABREU, 1990).

Um projeto idealizado por Gustavo Barroso, mas não concretizado, ajuda a compreender o perfil destinado ao Museu Histórico Nacional ao longo de toda sua gestão. Trata-se do Museu Ergológico Brasileiro. Para Barroso era necessário o desenvolvimento dos estudos folclóricos, bem como a organização de representações da cultura popular e de tradição do povo.

Em artigo publicado nos Anais do Museu Histórico Nacional em 1945 chega a dividir os possíveis setores das regiões características do Brasil: Amazônia, Nordeste, São Francisco, Centro-Sul, Oeste, Planalto Paranaense, Vale do Itajaí, Pampa. Apresenta no mesmo artigo quinze eixos temáticos do que classificou de intermináveis estudos, desde arte da habitação à arte funerária (Apêndice E). Porém, estes acervos não estariam na operação historiográfica de Barroso legitimados a serem reconhecidos como documento histórico no Museu Histórico Nacional. Oliveira (2003) analisa essa distinção da cultura material, embora ambos tivessem como objetivo a preservação da tradição: “Diferentemente do Museu Histórico Nacional, os objetos não são contextualizados levando-se em conta sua procedência, seu dono, não são interpretados inscritos na temporalidade, não são associados a eventos históricos, antes, contudo, eles parecem soltos num tempo irrecuperável e não datado, pertencem a todos e a ninguém, não contam uma história, mas revelam aspectos pitorescos, funcionam, nas palavras de Barroso, como ‘um cartão de visita para o estrangeiro’” (OLIVEIRA, 2003, p.43 apud FARIA, 2013, p.75)

A década pode ser indicada como o período que as ações sobre o Movimento Folclórico Brasileiro passaram a ser concretizadas. Sobre a alçada do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), órgão criado com o intuito de gerenciar os projetos da UNESCO no Brasil e de obter da organização o apoio a seus projetos nas áreas de educação, ciência e cultura, ocorreu a criação da Comissão Nacional do Folclore (CNFL), estabelecendo de vez o MFB no país (ABRANTES, 2008). Para facilitar o entendimento acerca destes processos, apresento um organograma exemplificando sobre que espaços respondem cada organização.

Figura 1 - Organograma apresentando a dinâmica de hierarquia entre as organizações



É apresentada a Comissão Nacional do Folclore que atua dentro da perspectiva do MFB e responde diretamente ao IBECC, que possui Comissões Estaduais e responde à UNESCO. Fonte: Do autor, 2023.

O IBECC, criado em 1946, tinha a finalidade de melhorar a qualidade de ensino das ciências experimentais e ampliar a influência da UNESCO no país. Este olhar voltado para a educação conversava diretamente com as discussões centrais do Movimento Folclórico Brasileiro. O investimento em pesquisas e estudos sobre o folclore era uma demanda constante dos intelectuais folcloristas, tornando assim o vínculo com o IBECC uma proposta muito bem-vinda aos setores de mais influência do movimento. Promovendo ações com a intenção de estabelecer a pesquisa científica no país, o IBECC possuía grande influência na área da educação, introduzindo o ensino de ciências nas escolas. Assim, com a aproximação ao MFB e ao pensamento do folclore como ciência imaginado pelos folcloristas, tornar o folclore em um objeto de estudo nas escolas embarca em um período de redefinição dos currículos escolares na década de 1940, evidenciando a importância do tema na construção do Brasil como conhecemos (ABRANTES, 2008).

A criação de uma organização que preservaria e promoveria estudos folclóricos já havia sido sondada previamente à criação da CNFL. Então, no contexto pós-guerra, a UNESCO identificou o folclore como instrumento de compreensão entre os povos. No Brasil este conceito se manteve, sendo o primeiro país a criar

uma comissão direcionada especificamente para o tema, sobre a perspectiva da construção de identidades diferenciadas entre os povos que vivem em várias regiões do território brasileiro (CAVALCANTI; VILHENA, 1990).

A criação da CNFL evidencia a mudança de rumos referentes às articulações promovidas sobre os estudos do folclore no país, conquistando recursos e visibilidade para executar os projetos propostos pelo movimento. Ainda assim, o MFB seguiu se desenvolvendo por fora dos processos institucionais, com grupos que trabalhavam sobre a perspectiva folclórica sem necessariamente responder aos agentes das organizações de maior expressão. Segundo Vilhena (1995, p.73):

A institucionalização, portanto, não deve ser vista como um processo automático que se desenvolve mecanicamente, como uma mera variável independente, induzindo às principais mudanças de uma produção intelectual. Se, ao invés disso, dermos atenção às diferentes concepções que se enfrentam em torno da definição desse processo, poderemos perceber que há sempre um campo de possibilidades relativamente aberto no interior do qual se desenham alternativas, sendo sua implementação o resultado dos conflitos políticos resultantes dessas divergências. (VILHENA, 1995, p.73)

Desta forma, identifica-se a disseminação dos estudos folclóricos pelos campos políticos e culturais brasileiros. O debate se espalhou através de congressos e seminários, ganhando espaços em instituições museológicas e escolares através da atuação da Comissão Nacional do Folclore.

As diferentes concepções citadas por Vilhena (1995) vêm a contextualizar as diversas ações efetuadas no movimento durante a década de 1950. Desde a produção de eventos de grande expressão promovidos pela Comissão Nacional do Folclore, até o surgimento da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB).

Os eventos foram fundamentais para a execução das articulações promovidas dentro do movimento. Os Congressos Nacionais do Folclore eram onde os intelectuais folcloristas exerciam uma série de conexões, desenvolvendo os métodos para a prática dos estudos folclóricos. Neste aspecto, o primeiro Congresso pode ser considerado como uma fundação para todas investidas efetuadas pela CNFL ao decorrer das décadas seguintes:

[...] a maneira pela qual essa imensa network espalhada por todo o país pôde experimentar concretamente a sua unidade foi a sua reunião em congressos periódicos realizados em várias partes do Brasil. E esse parece ter sido o principal “sucesso” do movimento folclórico. Através dos seus cinco congressos nacionais e de um internacional, os folcloristas conseguiram atrair a atenção da opinião pública para as suas atividades e para suas reivindicações, obtendo ampla cobertura da imprensa. Com sua dimensão espetacular, essas reuniões - que incluíam extensos programas com apresentações folclóricas - conseguiram obter o apoio de governos locais e de órgãos federais, além da presença de autoridades políticas. (VILHENA, 1995. p. 6)

Em agosto de 1951 ocorreu o primeiro Congresso Brasileiro de Folclore, no Rio de Janeiro, com a ideia de Renato Almeida⁷ de comemorar o centenário do nascimento do folclorista Silvio Romero. Foi neste evento, que contou com a participação do presidente Getúlio Vargas, que foi redigida a Carta do Folclore Brasileiro. Apresentando um Plano Nacional de Pesquisa Folclórica, a carta projetava a criação de um órgão estatal que buscasse a defesa do folclore, ação essa que só veio a ocorrer em 1958 com a criação da CDFB (ABRANTES, 2008).

Figura 2 - Presidente Getúlio Vargas perante a manifestação de grupo de tradições gaúchas durante as atividades do Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore, em 1951



Fonte: Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore, IBICC, 1951.

⁷ Renato Almeida, nascido na Bahia em 1895, era advogado, jornalista, musicólogo e folclorista que por mais de duas décadas ocupou a posição de Secretário-Geral da Comissão Nacional do Folclore, cumprindo um papel central nas articulações do Movimento Folclórico Brasileiro. Para mais informações referentes a atuação de Renato Almeida, recomendamos a Dissertação de Luís Rodolfo Vilhena (1995) intitulada “Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro”. Disponível em: www.repositoriolabim.cchla.ufrn.br/handle/123456789/576 Acesso em: Dezembro de 2022.

A carta foi um primeiro passo na busca pela institucionalização do movimento, apresentando não apenas projetos sobre incentivo à pesquisa folclórica, quanto um mapeamento do folclore brasileiro. Para isso, era necessário estabelecer sobre a visão dos folcloristas, a sua interpretação do conceito, assim redigida na carta:

1 O I Congresso Brasileiro de Folclore reconhece o estudo do folclore como integrante das ciências antropológicas e culturais, condena o preconceito de só considerar folclórico o fato espiritual e aconselha o estudo da vida popular em toda sua plenitude, quer no aspecto material, quer no aspecto espiritual. **2** Constituem o fato folclórico as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservado pela tradição popular e pela imitação e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica. **3** São também reconhecidas como idôneas as observações levadas a efeito sobre a realidade folclórica, sem o fundamento tradicional, bastando que sejam respeitadas as características de fato de aceitação coletiva, anônimo ou não, e essencialmente popular. **4** Em face da natureza cultural das pesquisas folclóricas, exigindo-se que os fatos culturais sejam analisados mediante métodos próprios, aconselha-se, de preferência, o emprego dos métodos históricos e culturalistas no exame e análise do folclore. (CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO, 1951. p.1)

As definições propostas na carta constroem certos aspectos da atuação dos folcloristas, com olhares voltados para utilização da tradição como característica da cultura popular de cada região e com uma perspectiva sobre o fato folclórico como um objeto de pesquisa que refletiria a identidade nacional estabelecida pelo Movimento. Segundo Castro (2003, p.209):

A “Carta do Folclore Brasileiro” buscou legitimar os estudos sobre o Folclore, dando-lhe um embasamento científico e centrando-se nos chamados “Valores tradicionais”, cuja retomada e sobretudo conservação são vistos como pontos-chave. Nitidamente, a preocupação central nesta época ficava por conta do receio do folclore desaparecer, fruto da aceleração da industrialização, bem como dos modernos meios de comunicação que marcaram o pós-Segunda Guerra Mundial. O desaparecimento do folclore poderia marcar “a perda da identidade do povo brasileiro”. (CASTRO, 2003, p. 209).

Os folcloristas atuaram desta forma, aproveitando de suas posições como agentes políticos, já que suas categorias alcançaram os mais diversos campos, desde jornalistas, acadêmicos e agentes de museus. Sobre este aspecto, podemos observar que em diversos momentos, vários agentes de museus participaram ativamente das articulações referentes aos movimentos do campo folclórico. O

próprio Gustavo Barroso aparece na vice-presidência da comissão organizadora do Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore. Sobre Barroso, segundo Castro (2003):

A ênfase dada aos estudos de folclore foi uma preocupação constante na obra de Gustavo Barroso desde os seus primeiros escritos, no início da década de 10, uma vez que, para ele, somente com o conhecimento dos costumes do “povo brasileiro” seria possível compreender o “verdadeiro Brasil”, para, a partir daí, construir um país diferente. (CASTRO, 2003, p. 200)

A partir desta dinâmica e da atuação de Barroso, podemos identificar a aproximação de vários campos sobre a perspectiva do folclore. Gustavo Barroso é um exemplo de agente do campo dos museus e folclorista que esteve diretamente ligado às ações do Movimento Folclorista Brasileiro, mas sem integrar formalmente a CNFL. Outra agente de museus com uma trajetória similar é Heloísa Alberto Torres⁸, diretora do Museu Nacional entre 1938 e 1955, que apesar de não integrar o MFB, tinha seu capital social traduzido em um forte nacionalismo vinculado ao governo de Vargas, o que dialogava diretamente com a construção da identidade nacional buscada pelos folcloristas. (DOMINGUES, 2011) Percebe-se esta conexão ao identificarmos Torres discursando ao lado de Renato Almeida e outros grandes nomes do folclore durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore, em 1951 (ABRANTES, 2008. p. 98).

⁸ Heloísa Alberto Torres, nascida em 1895, assumiu o Museu Nacional pouco depois do início da ditadura de Getúlio Vargas, no qual permaneceu até 1955, deixando-o, imediatamente, após o final do segundo período de governo de Vargas. Primeira diretora da instituição, Heloísa Torres teve uma atuação importante no mundo intelectual de sua época, sendo a primeira pesquisadora antropóloga do Museu Nacional. Para mais informações, recomendo o artigo de 2011 de Heloisa Maria Bertol Domingues intitulado: Heloisa Alberto Torres e o inquérito nacional sobre ciências naturais e antropológicas, 1946. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-81222010000300005> Acesso em: Janeiro de 2023.

Figura 3 - Heloísa Torres discursando no Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore, em 1951



Ao lado de Heloísa Torres, Renato Almeida, Edison Carneiro e Manuel Diégues. Fonte: Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore, IBECC, 1951.

A identificação do conceito campo como um espaço de lutas entre os agentes que ocupam as suas determinadas posições, compreende também o interesse dos agentes em valorizar as ações deste campo, mantendo portanto, uma "cumplicidade objetiva" para além das lutas que os opõem (LAHIRE, 2017). Esta dinâmica é observada no folclorismo, a partir dos embates entre as organizações estruturais no MFB, que apesar das diferenças, agiam de forma dinâmica e colaborativa para a execução de determinados projetos.

Com isto em mente, chegamos ao ponto de observar as dinâmicas acerca de uma destas organizações atuantes no MFB, a Comissão Nacional do Folclore.

2.1 A Comissão Nacional do Folclore

Fundada em 7 de novembro de 1947, a Comissão Nacional do Folclore foi encabeçada por mais de duas décadas pelo advogado, jornalista e folclorista nascido na Bahia, Renato Almeida. Ao conceituar o trabalho nos primeiros anos da CNFL, Vilhena (1995) indica:

Na medida em que ia lendo aquela correspondência, podia perceber que grande parte da receita para o prestígio e a influência conquistados durante os primeiros anos da Comissão Nacional de Folclore foi um habilidoso trabalho de bastidores realizado por Renato Almeida [...] (VILHENA, 1995, p.9)

A CNFL, assim fundada, se firmou como a instituição mais importante no campo folclórico brasileiro, organizando e promovendo as atividades da maioria dos folcloristas brasileiros. Sediada no Itamaraty, não tinha autonomia completa, respondendo à diretoria do IBECC, mas as articulações de Almeida, que fazia parte dessa diretoria, permitiram que o IBECC apenas ratificasse as decisões tomadas pela Comissão. Neste contexto, mesmo com sua sede localizada no Rio de Janeiro, a Comissão organizou ao decorrer de seus primeiros anos uma forma de se estabelecer nacionalmente, não restringindo suas atividades somente à região sudeste. A partir de Renato Almeida, diversas comissões regionais foram criadas sobre a alçada da CNFL, construindo uma grande rede de contatos que possibilitou a execução de ações produzidas com a intenção de promover a pesquisa e a defesa do folclore (VILHENA, 1995).

As interações entre os intelectuais do campo folclórico foi o grande mérito da CNFL durante a gestão de Renato Almeida, período de maior expressão da Comissão em âmbito nacional. Na primeira reunião organizada pela CNFL, é registrado em ata a seguinte recomendação: “cogita a Comissão, neste momento, de organizar os sub-comitês estaduais, a fim de poder realizar seu programa em todo o país” (VILHENA, 1995, p.113).

A partir deste momento, se estabeleceram em diversos estados, as Comissões Estaduais do Folclore. Coube a Renato Almeida a escolha dos secretários destas comissões, ampliando o alcance da CNFL país adentro. Mesmo com esta dinâmica, apesar dos secretários responderem diretamente a Renato Almeida e a CNFL, as Comissões estaduais tinham muita autonomia em suas atuações. Nomes relevantes do Movimento Folclórico Brasileiro assumiram as secretarias de cada comissão. Por exemplo, Théó Brandão⁹ assumiu a secretaria-geral da Comissão de Alagoas, Oswaldo Cabral¹⁰ em Santa Catarina, o

⁹ Théó Brandão, nascido em 1907, era um folclorista alagoano que atuou ativamente junto a Comissão Estadual do Folclore de seu estado. Estudou Medicina e Farmácia na Bahia e se destaca pela produção de acervos sonoros referentes ao seu trabalho como folclorista. Frequentou os encontros de folclore que se tornaram anuais a partir de 1947, tendo grande influência política no campo. Para mais informações, recomendo o artigo de Elizabeth Travassos (2011) intitulado “Das interações comunicativas à constituição de um “arquivo musical”: sobre a coleção Théó Brandão no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular”. Disponível em: periodicos.ufop.br/raf/article/view/597 Acesso em: Fevereiro de 2023.

¹⁰ Oswaldo Cabral foi a pessoa que esteve à frente da Comissão Catarinense do Folclore em sua criação e em seus anos iniciais. Cabral estabeleceu significativas articulações com pesquisadores do folclore no Brasil, sendo o mais importante divulgador das atividades de sua Comissão, através de

escritor, professor e folclorista Guilherme dos Santos Neves¹¹ assumiu a Comissão do Espírito Santo, Rossini Tavares de Lima¹² em São Paulo e Dante de Laytano se tornou o Secretário-Geral da Comissão de Folclore do Rio Grande do Sul. Destaco estes secretários e comissões por conta de suas aparições em produções e interações que foram percebidas nos materiais consultados na pesquisa.

Nesta perspectiva, podemos observar uma dinâmica de amizade, colaboração e discordâncias entre os secretários. Em diversos momentos identificamos como as relações pessoais influenciaram as articulações entre as comissões e a proximidade de Renato Almeida com determinados secretários ampliaram as ações da CNFL em certos estados.

Refletindo a atuação das comissões estaduais, um bom ponto a destacar sobre a institucionalização do Movimento Folclórico no Brasil foi a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro em 1958, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek¹³ e vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Este processo se deu justamente sobre as demandas da CNFL.

suas participações em eventos de relevância na agenda dos folcloristas brasileiros e por suas relações estreitas com pesquisadores referenciais no campo folclórico. Cabral ganhou destaque nos meios intelectuais catarinenses e alguma projeção em âmbito nacional na segunda metade da década de 1930, em virtude da publicação, em 1937, do livro Santa Catarina – história, evolução, na prestigiosa coleção “Brasília”, da Companhia Editora Nacional. Para mais informações sobre Oswaldo Cabral, recomendo o artigo de Janice Gonçalves (2012) intitulado “Defender o patrimônio tradicional: a atuação dos folcloristas catarinenses entre 1948 e 1958”. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/292/339> Acesso em: Fevereiro de 2023.

¹¹Guilherme dos Santos Neves nasceu em 1906 e foi um dos fundadores da Comissão Espírito-Santense de Folclore. Era irmão do governador do ES, Jones dos Santos Neves e foi um dos folcloristas que mais colaborou na elaboração de artigos para as publicações da Comissão Nacional do Folclore. Para saber mais sobre, recomendo o site Registros Sonoros do Folclore no Espírito Santo. Disponível em: acervoguilhermesantosneves.com.br/ Acesso em dezembro de 2022.

¹² Rossini Tavares de Lima (1915) foi um intelectual paulista. Exerceu os ofícios de músico, jornalista, professor e folclorista. Contribuiu com o estudo do folclore principalmente no seu estado mas também ganhou expressão no restante do país. Foi secretário geral da Comissão Paulista de Folclore. Para saber mais sobre, recomendo a dissertação de Cláudia Vendramini Reis (2017) intitulada “Um museu está morrendo em São Paulo: A trajetória do Museu do Folclore Rossini Tavares de Lima”. Disponível em: bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_8a2363d704f316a2eab9804a102ca67f Acesso em: Janeiro de 2023.

¹³ Juscelino Kubitschek (1902) nasceu em Minas Gerais e foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961. Ficou conhecido pelo slogan adotado para seu Plano de Metas: “50 anos de progresso em 5 anos de realizações”. Seus projetos políticos eram compostos pela ideia de “nação moderna, democrática e desenvolvida”, dando continuidade ao desenvolvimento político e econômico do país, iniciado no último mandato do governo anterior. Para mais informações recomendo o artigo de Vânia Dolores Estevam de Oliveira (2010) intitulado Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro: estratégias e redes de resistência na construção da memória da cultura popular brasileira. Disponível em: encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276722120_ARQUIVO_TextoANPUH2010-versaofinal.pdf Acesso em: Janeiro de 2023.

A identidade e a integração de uma “nação moderna, democrática e desenvolvida”, fazia parte dos projetos políticos de JK, que deu continuidade ao desenvolvimento político e econômico do país, iniciado no último governo de Vargas (1951-1954). O Programa de Metas da gestão JK espelhava o famoso “slogan, dos 50 anos em 5”, cujo símbolo e materialidade maior foi a construção de Brasília. JK atendeu ao apelo dos folcloristas, criando a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro em seu governo, mas destinar verbas para uma instituição dispendiosa, cujos objetivos não faziam parte dos planos principais do governo federal, não estava entre as prioridades daquele momento político. (OLIVEIRA, 2010. p 2)

Os recursos destinados às comissões estaduais para execução de seus projetos as faziam depender em grande parte de trabalho voluntário.

Embora essa grande estrutura descentralizada confira ao movimento folclórico um grande poder de influência nacional, as comissões estaduais também padeciam da ausência de recursos financeiros que *mantiveram* a Comissão Nacional dependente do trabalho voluntário dos seus membros. As autoridades estaduais financiaram por vezes Semanas e Congressos, atraídos pela dimensão de espetáculo desses eventos. O mesmo, porém, não ocorria com a atividade cotidiana de pesquisa que se esperava das comissões estaduais e que elas tinham grandes dificuldades de implementar. (VILHENA, 1995, p.117)

A vinculação da CNFL ao governo nacional a partir da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro permitiu a ampliação das ações e dos projetos de pesquisa das Comissões Estaduais. Em correspondência trocada entre Dante de Laytano e Renato Almeida, em 1953, o diretor da Comissão Gaúcha do Folclore relata a investida da Comissão Nacional do Folclore em assinar um convênio entre o estado do Rio Grande do Sul e a Comissão Estadual com o objetivo de projetar a defesa das tradições populares na região.

[...] comunica-me que estou investido nas altas funções de representante do IBECC, para assinatura do Convênio de defesa das tradições populares entre o Estado do Rio Grande do Sul e Comissão Rio-grandense de Folclore, pela Comissão Nacional de Folclore, integrantes todos, na respectiva escala de competências, Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura. Será uma distinção, para mim, firmar o convênio em nome do ilustre educador brasileiro, o que até então vinha sendo feito, noutros estados da união, pela distinta figura do Sr. Secretário geral da Comissão Nacional do Folclore. (Laytano, 1953 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1953, fl. 58)

No trecho acima, assinando como diretor do Museu Julio de Castilhos, Laytano retrata o empenho da Comissão Nacional do Folclore em conseguir

executar este vínculo com o Estado Brasileiro. Mesmo com a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro sendo iniciada apenas em 1958, a proximidade das comissões estaduais com seus respectivos órgãos estatais já estava presente.

A partir disto, podemos buscar compreender a dinâmica sobre a atuação das comissões estaduais, mais especificamente, a Comissão Estadual do Folclore do Rio Grande do Sul, que tinha como sub-secretário geral um profissional de museus.

2.2 A Comissão Rio-Grandense do Folclore

Muitas vezes chamada de Comissão Estadual do Folclore RS ou Comissão Gaúcha do Folclore, a Comissão Rio-Grandense de Folclore foi criada em 23 de abril de 1948, sob a responsabilidade de Dante de Laytano. Sua proximidade com Renato Almeida permitiu a execução em Porto Alegre de alguns dos eventos que marcaram os processos da atuação da CNFL, tais como a Semana Nacional do Folclore que aconteceu em 1950 e o Congresso Brasileiro de Folclore que aconteceu em 1959. Junto à Comissão de São Paulo, a Comissão Estadual do Folclore (CEF) era considerada uma das mais organizadas e articuladas com a CNFL.

No mesmo ano da criação da Comissão estadual, surgiu o 35 CTG (Centro de Tradições Gaúchas) em Porto Alegre. Criado a partir das articulações promovidas nos anos anteriores no Colégio Estadual Júlio de Castilhos e sendo a sede do Movimento Tradicionalista no estado, tem papel fundamental na atuação da CEF (BARCELLOS, 1997).

A Comissão Estadual do Folclore atuou respondendo às exigências do IBICC e da CNFL no Rio Grande do Sul. Em diversos momentos, vemos o Secretário-Geral Dante de Laytano prestando informações a Renato Almeida sobre as reuniões promovidas pela CEF. Em carta de 15 de Julho de 1953, Laytano envia a Almeida:

Meu caro Renato. Aí vai um recorte anunciando nossa reunião, que se realizou com grande sucesso, aliás, pois dos 14 componentes da Comissão Estadual apareceram 10 e faltaram, apenas, Moysés Vellinho¹⁴, que está

¹⁴ Moysés Vellinho (1901) exerceu seu trabalho em torno da literatura e da cultura, abordando o campo da história por meio das obras *Capitania d'El Rey* (1964) e *Fronteira* (1973). Atuando sobre uma perspectiva regionalista, foi jornalista e político. Foi vice-presidente do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul e integrou a Comissão Gaúcha do Folclore. Para conhecer mais a vida e obra de Moysés Vellinho, recomendo a obra de Viviane Viebrantz Herchmann (2013) intitulada

viajando [...] e J.C. Paixão Côrtes¹⁵ e Ênio de Freitas e Castro¹⁶, ambos em bancas de exame. Mário Azambuja¹⁷ e Manoelito de Ornelas¹⁸ não aparecem mais, também não os convidarei daqui por diante. A sessão foi boa, conversamos sobre vários assuntos e serviu de pretexto para troca de *idéias*, etc. A Comissão anda de vento em popa. Vamos publicar o livro do Lessa¹⁹ e Paixão e por falar em Lessa, ele vai de muda para o Rio de Janeiro. Recomendações da Ilha e minhas à Urânia, Uranita e a Você, “mãe” do Folclore brasileiro. Abraços (Laytano, 1953 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1953, fl. 145)

Interessante destacar que a correspondência citada acima é referenciada por Dante de Laytano como emitida do Museu Julio de Castilhos. Este dado indica como as ações na CEF se conectavam ao dia-a-dia do Museu (figura 4).

Moysés Vellinho (1901-1980): O Intelectual Da Província. Disponível em: tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2132 Acesso em: Fevereiro de 2023.

¹⁵ Paixão Côrtes, nascido em Livramento (1927) e neto de estancieiro, formou-se assim como seu pai em agronomia. Parceiro de Barbosa Lessa, Côrtes se tornou um dos pilares do gauchismo cívico e do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Atuando no campo do folclore principalmente a partir da difusão da Dança e da militância do tradicionalismo. Um dos fundadores do CTG 35 em 1948, fez parte do grupo que estudou no colégio Júlio de Castilhos e que participou da primeira Ronda Crioula. Sua imagem está marcada no ideal da identidade gaúcha pelo simbolismo do Monumento do Laçador. A peça de bronze de Antônio Caringi foi produzida por Côrtes posando para o escultor. Em 1992, foi definida por lei como Símbolo Oficial de Porto Alegre. Sobre Paixão Côrtes, recomendo o artigo da Gaúcha Zero Hora (08/2018), “O legado de Paixão Côrtes”, por Zalla e Fischer. Disponível em: gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/gente/noticia/2018/08/o-legado-de-paixao-cortes-folclorista-c-riou-um-tradicionalismo-menos-conservador-cjih3ss1o05nc01n0kkwzz0lw.html Acesso em: Fevereiro de 2023.

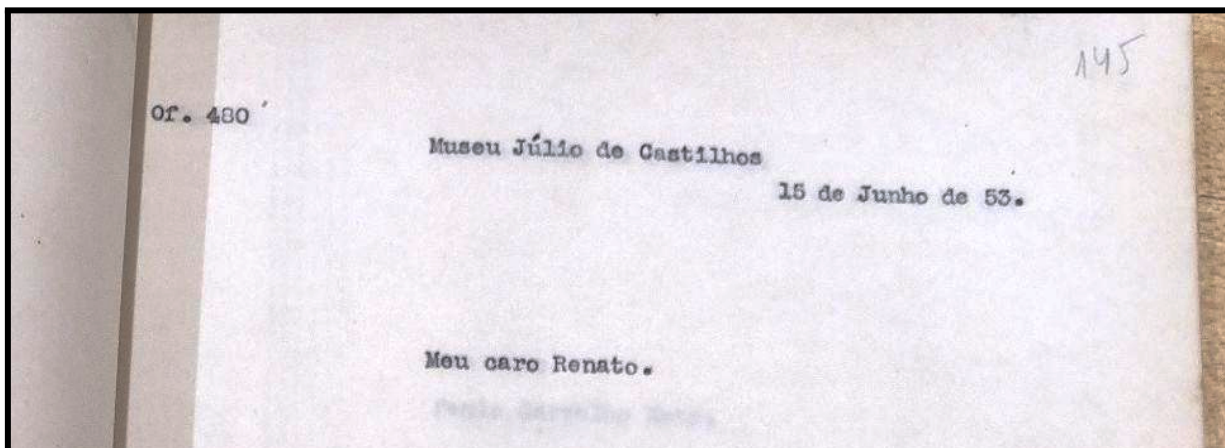
¹⁶ Ênio de Freitas e Castro foi um ilustre professor, musicólogo, pianista, maestro e folclorista de Montenegro nascido em 1911. Sendo criador do Instituto de Tradições e Folclore, possui diversas obras sobre a imagem do seu estado, como as obras “*Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*” de 1960 e “*Rio Grande do Sul - Imagem da Terra Gaúcha*” de 1948.

¹⁷ Folclorista gaúcho integrante da CEF no início da década de 1950. Não constam mais informações sobre o agente.

¹⁸ Manoelito de Ornelas nasceu em Itaqui, Rio Grande do Sul em 1903. Era jornalista, professor e escritor de grande relevância no seu estado, sendo autor de várias obras sobre a identidade regional no RS em meados do século XX.. Sua obra de maior destaque é a produção “*Gaúchos e Beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*”. Para complementar este trabalho, recomendo o artigo de Neandro Thesing intitulada “*Gaúchos e Beduínos, De Manoelito De Ornellas, e as Disputas Em Torno do Passado Sul-Rio-Grandense*” que explora o papel desta obra na atuação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), organização presente nas disputas travadas no campo do folclore no RS. Disponível em: revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadahistoriador/issue/view/881 Acesso em: Dezembro de 2022.

¹⁹ Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929) foi um folclorista, militante tradicionalista e escritor sul-rio-grandense de grande relevância na região. Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1948, concluindo o curso em 1953. Empreendeu uma série de pesquisas folclóricas que visavam a reconstituir as danças populares do interior do estado, sob a tutela da CEF. Segundo a historiadora Letícia Nedel, é considerado o mentor e o maior intelectual do tradicionalismo gaúcho. Para compreender mais sobre Lessa, recomendo a dissertação de Jocelito Zalla (2010), intitulada “O centauro e a pena : Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002) e a invenção das tradições gaúchas.” Disponível em lume.ufrgs.br/handle/10183/24048 Acesso em: Janeiro de 2023.

Figura 4 - Cabeçalho de correspondência de Dante de Laytano sobre a Comissão Gaúcha do Folclore expedida do Museu Júlio de Castilhos



Fonte: MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1953, fl. 145.

Referente ao conteúdo da carta, além de compreendermos a partir desta a intimidade na qual as atividades eram tratadas nas relações entre a Comissão Estadual e Comissão Nacional, a partir da ênfase posta por Laytano ao chamar Almeida de “Mãe” do folclore brasileiro, observamos como se dava o respeito do Secretário Geral da Comissão Estadual do Folclore (RS) ao folclorista Renato Almeida, o qual muitas vezes chamava de amigo.

Já o teor da carta apresenta um interessante conjunto de informações que nos ajudam a compreender melhor certas dinâmicas da CEF, principalmente ao identificar grandes nomes vinculados ao futuro Movimento Tradicionalista Gaúcho, fundado em 1966. Esta informação conduz a pesquisa ao estudo dos confrontos que aconteceram neste campo durante o determinado período. Segundo Nedel (2011), os estudos do folclore no estado possuíam diferentes vieses, determinados desta forma pelos seguintes grupos:

No âmbito estadual, o movimento teve dois grupos concorrentes de interessados. De um lado, os mandatários oficiais da Comissão Nacional, reunidos em torno da Comissão Estadual de Folclore (CEF), criada em Porto Alegre em abril de 1948. De outro, um grupo iniciante, formado por jovens que ao longo das duas décadas seguintes acabariam se constituindo numa elite de ideólogos do chamado Movimento Tradicionalista. (NEDEL, 2011. p.195)

Este embate representava as intenções de cada grupo, com o objetivo de se posicionar como o órgão legítimo responsável pela memória oficial do Estado

(NEDEL, 2005a). A percepção do estudo do folclore como “ciência”, que era almejado pelos agentes do movimento folclórico, buscava competir com a História pela intenção de definir os critérios legítimos do regionalismo, além de tentar conquistar uma competência “científica” para os próprios estudiosos do campo folclórico. Este processo conduzia uma nova roupagem dos estudos do folclore, estabelecendo com características mais “plurais”, o que promovia uma mudança na própria imagem de “intelectuais” (FATTORI, 2016).

Nesta perspectiva é que passamos a perceber os enfrentamentos entre os grupos, os quais Nedel (2005b) classifica como “folcloristas polígrafos” e os “folcloristas tradicionalistas”. Este debate parte de uma discussão que pode ser explicitada a partir da diferença entre folclore e tradição. O enfrentamento entre os agentes do campo folclórico se divide a partir dos métodos e ideais que cada grupo utiliza para promover suas ações, mesmo quando se conectam em determinadas perspectivas. Para ilustrar folclore e tradição, apresento o texto de Walter Spalding²⁰, notório regionalista com grande influência sobre a identidade regional do Rio Grande do Sul. Na correspondência trocada com Laytano em 1955, Spalding descreve:

Osvaldo R. Cabral, grande mestre em folclore, assim o definiu em sua magistral obra "Cultura e Folclore's". "Folclore é um ramo da antropologia que estuda todas as manifestações e aplicações coletivas da cultura vulgar, mantidas geralmente pela Tradição, paralelamente às oriundas do saber erudito, entre grupos de cultura superior, quaisquer que sejam as modalidades sob as quais se apresentam". Por sua vez Louis Maim definiu a Tradição como a "forma mais complexa e mais alta" de "maneira", "uso" e "costume", e Ismael Moya disse que "é um conjunto de dons" - a Tradição - que a idade entrega à outra, indefinidamente. [...] Por isso, Folclore e Tradição não devem ser confundidos, embora se toquem, às vezes, e se confundam não raro, como o caso do linguajar do povo. [...] O Folclore se estuda, e o Tradicionalismo se cultua. [...] TRADIÇÃO é um sentimento nobre de culto ao passado - ao bom passado -, para engrandecer o presente porque o passado é exemplo e, como tal, alicerce da civilização. Por isso já diziam os antigos que "povo sem tradição não merece viver". FOLCLORE, por sua vez, é ciência, ramo da antropologia, do estudo do ser humano através da [...] Tradição". Guardemos, pois, nossas belas e nobres

²⁰ Walter Spalding (1901) foi um intelectual gaúcho nascido em Arroio dos Ratos. Trabalhou por muito tempo dentro do Arquivo Municipal e tem em sua trajetória, muitos espaços que buscaram legitimar um discurso acerca da formação de uma “identidade regional”. O percurso de Walter Spalding, de certa forma, se assemelha ao de Dante de Laytano, o qual inicia na crítica literária, migrando para história e depois para o folclore. Atuando no Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul, Spalding esteve à frente de grandes discussões no cenário regional, principalmente acerca de folclore e tradicionalismo. Para mais informações acerca de Spalding, recomendo a leitura do trabalho de Ígor Lopes Fattori (2016) intitulado: "Intellectual e Cola-Fina": a participação de Walter Spalding na formação do Tradicionalismo (1952-1958). Disponível em: lume.ufrgs.br/handle/10183/157010 Acesso em: Dezembro de 2022.

Tradições e, através delas, estudemos a alma do homem pelo folclore para que possamos, com eficiência, defender de assaltos futuros e tradições estranhas, dispersivas ou dissolventes, nosso povo e nossa terra. (SPALDING, 1955 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1955, fls. 77-78).

No texto apresentado, Spalding faz questão de isolar os dois conceitos apesar das similaridades entre os termos. Podemos levar isto em consideração inclusive ao observar como se deu o processo de embate entre estes agentes do mesmo campo com visões diferentes sobre a perspectiva historiográfica no estado. Em um primeiro momento observa-se os vínculos e colaborações entre os dois grupos, como por exemplo com a integração de tradicionalistas na CEF. Nestas circunstâncias, os agentes do Movimento Tradicionalista Gaúcho muitas vezes contaram com o apoio da Comissão Estadual do Folclore para execução de projetos do grupo, como é ilustrado em correspondência de junho de 1954 emitida por Dante de Laytano através do Museu Julio de Castilhos.

Porto Alegre, 21 de Junho de 54. A Comissão Estadual do Folclore aprovou, por unanimidade de votos, uma moção de aplausos, simpatia e solidariedade ao I Congresso Tradicionalista do Rio Grande do Sul, manifestação intelectual que honra o passado e a cultura do gaúcho. O papel importante que desempenará o Congresso inclui a renascença ao amor pelas coisas do pago, a *fôrça* que principalmente vem desempenhar a mocidade de terra e a colaboração que a Comissão Estadual de Folclore empresta através de quatro de seus destacados, brilhantes e distintos elementos que são Manoelito de Ornelas, Walter Spalding, J. C. Paixão Côrtes e Luís Carlos Lessa. [...] (Laytano, 1954 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1954, fl. 33)

A correspondência acima informa a aprovação da Comissão Estadual do Folclore do I Congresso Tradicionalista do Rio Grande do Sul, indicando o colaboracionismo entre os grupos. Ao mesmo tempo, vão se apresentando atritos entre estes agentes, aumentando a tensão no campo político e social onde estavam ambientados. Em outra carta de 1954, Laytano demonstra descontentamento com Paixão Côrtes, grande símbolo do Movimento Tradicionalista Gaúcho:

Meu caro Renato. [...] PAIXÃO - Vou dizer o seguinte; a respeito do nosso Serge Lifar²¹ dos pampas: ficou de fazer uma exposição de quadro gaúchos e coisas do Rio Grande no Instituto Norte-Americano e não apareceu, as originais do seu Manual de Danças que vamos editar não consegue sair das mãos dele para a oficina, ia dar um espetáculo de danças no encerramento

²¹ Serge Lifar (Kiev, 1905) foi um bailarino europeu de grande sucesso e renome no século XX.

da semana do Rio Grande na Faculdade de Filosofia e não apareceu, etc.. Mas a São Paulo ele quer ir, está interessadíssimo e não se trata de Feira mas da Exposição de Folclore, nosso Congresso, etc. Tenho dois cães de guarda em cima *déle*. A correspondência para o Paixão deve vir para o Museu do Estado, em meu nome. [...] (Laytano, 1954 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1954, fl. 347)

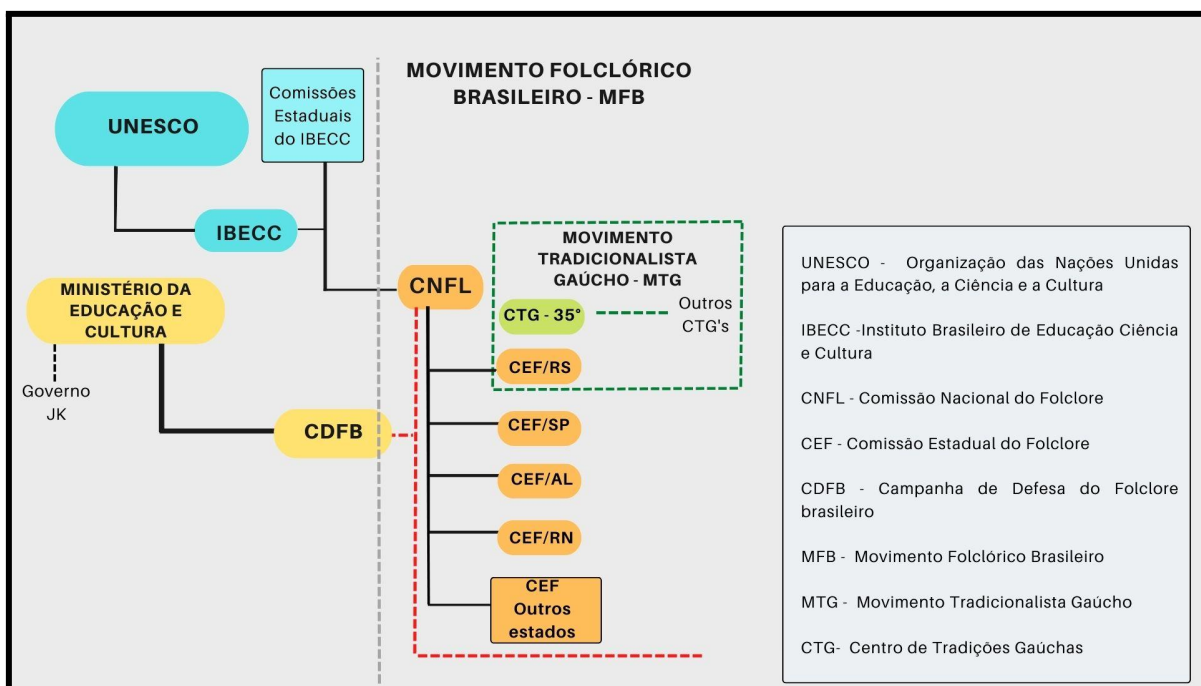
Este atrito entre os dois grupos cresceu com o passar do tempo, estabelecendo o conflito no Museu Julio de Castilhos. Os folcloristas polígrafos que pensavam a cultura-popular como um instrumento para valorização da “arte” e da “ciência”, viu a proliferação dos CTG’s e a disseminação do gauchismo ganhar força na mídia, perdendo espaço para o tradicionalismo (NEDEL, 2005b).

A disputa pelo discurso legítimo acerca da cultura e das políticas de preservação do patrimônio local se tornou desafiadora para os folcloristas polígrafos, conforme o Movimento Tradicionalista foi ganhando cada vez mais popularidade. Este processo de enfrentamento evidenciou o atrito entre as ideias dos folcloristas vinculadas a CNFL com valorização das ciências sociais e do método científico, e os defensores dos simbolismos e caricaturas estabelecidos pelos folcloristas tradicionalistas. Segundo Nedel (2005b, p.322):

[...] a consolidação da formação intelectual dos ideólogos [...], insinua dentro do próprio movimento as tensões entre “especialistas” e “amadores”, entre o tradicionalismo “autêntico” e “comercial” ou “festivo”. Simultaneamente, no campo da intervenção cívica, já não é mais o gaúcho antigo o objeto último da celebração, mas os gaúchos atuais, representados pelo panteão de fundadores da festa tradicionalista, já incorporada ao repertório cultural “popular” do Rio Grande do Sul como uma espécie incontestada de “fato folclórico nascente”. O “espetáculo da história” cede lugar então a uma “história do espetáculo”.

Assim como anteriormente, com o intuito de facilitar o entendimento dos processos acerca dos movimentos e organizações que abarcam a discussão, apresento um organograma que representa as relações que são estabelecidas nesta determinada conjuntura, mas desta vez ilustrando mais campos deste processo:

Figura 5 - Organograma das dinâmicas acerca do Movimento Folclórico Brasileiro



Fonte: Do autor, 2023.

O organograma apresenta o seguinte: em âmbito internacional, junto às suas comissões estaduais, o IBECC respondia à UNESCO. Já no âmbito nacional, o IBECC tinha sob sua alçada a CNFL que atuava na perspectiva do MFB junto às suas Comissões Estaduais do Folclore. Em âmbito regional, dentro do Movimento Folclórico Brasileiro, a CEF/RS atuava paralelamente ao Movimento Tradicionalista Gaúcho e os recém criados CTG's. Em 1958, como dito nos capítulos anteriores, foi criada pelo Ministério da Educação e Cultura do Governo JK a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, que passou a financiar várias ações para todo o Movimento Folclórico Brasileiro.

Observando esta estrutura de hierarquia entre instituições, grupos e movimentos, percebemos os agentes que transitam entre vários destes espaços, ampliando esta rede de conexões e influência que projetaram as ações destes movimentos.

3 ENTRE O FOLCLORE E O MUSEU

As dinâmicas entre agentes dos museus e do folclore foram articuladas ao decorrer de todo século XX. Como citado anteriormente, agentes como Heloísa Alberto Torres e Gustavo Barroso podem ser apontados como nomes que trafegam entre os dois campos. Isto se apresenta também em âmbito regional com Dante de Laytano e suas ações como diretor do Museu Julio de Castilhos e secretário-geral da CEF. Segundo Oliveira (2012), a aproximação com o campo dos museus sempre fez parte da idealização dos projetos do MFB.

Essa dimensão política dos museus pode ser percebida em todas as ações dos folcloristas, antes e depois do que se convencionou chamar de Movimento Folclórico Brasileiro, sobretudo nas referências ao projeto de criação de museus folclóricos país afora. A Carta do Folclore Brasileiro (1952) já previa ações e instrumentos para a criação de museus. E criá-los preferencialmente onde houvesse Comissão Estadual de Folclore atuante, que se entenderia com os poderes públicos constituídos “no sentido de obter deles a cessão, para a formação dos museus estaduais, de objetos de uso e criação popular porventura existentes em repartições não especializadas, como as chefaturas e delegacias de polícia” (carta, 1951), numa forma de firmar posição, fortalecer a ação política dos estudiosos do folclore e contribuir para a manutenção dos caracteres culturais locais. (OLIVEIRA, 2012, p.187)

Sobre este aspecto, Dante de Laytano pode ser apontado como um agente que foi, não apenas um pesquisador interessado, mas um dos principais motivadores da institucionalização do folclore como disciplina no Estado. Nascido em Porto Alegre em 1908, estudou na Faculdade de Direito de Porto Alegre (atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS) onde foi aluno de Darcy Azambuja²², relevante intelectual regionalista no século XX, que teve grande participação na criação da CEF, o qual segundo Barcellos (1997), seu peso cultural e político certamente emprestou poder à criação da Comissão Gaúcha de Folclore. Laytano seguiu os passos de seu professor e amigo da mesma forma em que

²² Darcy Azambuja (1903) foi professor e um renomado escritor regionalista. Frequentou os congressos da Comissão Nacional do Folclore em Porto Alegre e Rio de Janeiro, fazendo parte desta grande teia de contatos sobre qual atuava o Movimento Folclórico Brasileiro. Para mais informações sobre Azambuja, recomendo o trecho entre as páginas 482-484 da Tese de Leticia Borges Nedel (2005b) intitulada “Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)”. Disponível em repositorio.unb.br/handle/10482/15294 Acesso em: Janeiro de 2023.

dependeu do seu respaldo para execução de projetos relacionados à comissão (BARCELLOS, 1997).

Em carta de 4 de outubro de 1952, primeiro ano em que ocupou o cargo de diretor no Museu Julio de Castilhos, Laytano enfatizou a importância da colaboração de Azambuja no processo de tomada de decisão na Comissão:

Desejo encarecer que a presença do caro colega é absolutamente indispensável, que sem a sua esclarecida colaboração nada se poderá fazer e, finalmente, esta secretaria que tem o papel de coordenação deixará ou abandonará a comissão se não contar com a sua importante ajuda. Este convite, então, formulado em termos de apelo. (Laytano,1953 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1953, fl. 133).

O fato desta correspondência ser emitida do Museu Julio de Castilhos já indica o quão interligada é a relação entre o espaço museal e a CEF. A Comissão foi sediada no Museu, em um período em que um folclorista era o diretor da instituição. Ainda vale destacar que Laytano além de atuar no MJC e na CEF, ainda esteve à frente da Comissão Estadual do IBECC, o que nos mostra a influência deste agente em seus campos. Estar nesta posição foi o que permitiu que executasse em 1953 o convênio apresentado na seção 2.1 deste texto entre o governo do estado do Rio Grande do Sul e a CEF em 1953.

Este convênio tinha o mesmo objetivo da CDFB, que seria financiar projetos vinculados à preservação do folclore na região, oportunizando a execução de pesquisas e organização de eventos que dessem visibilidade ao movimento, legitimando esta identidade regional estabelecida pelos folcloristas.

A partir disso, a gestão de Laytano no Museu Julio de Castilhos almejava estabelecer essa construção de identidade regional a partir do tripé da história, do estudo do folclore e de sua divulgação junto ao público escolar. Segundo Nedel (1999, p.192):

Mas, restringindo-nos à atuação de Laytano, veremos que o museu foi a trincheira de onde partiram suas investidas pela aliança entre história (pela pesquisa no arquivo), memória (pelo culto à tradição no museu) e folclore (pela aliança entre Museu, tradicionalistas e Comissão Gaúcha de Folclore) [...].

Se o Museu Julio de Castilhos era a *trincheira* onde ocorria esta batalha pela memória oficial do Estado, devemos questionar como Laytano navegou entre estes campos, agindo em nome do MJC e da CEF.

3.1 Dante de Laytano: um folclorista no campo dos museus ou um profissional de museus no campo do folclore?

Convidado por Alcides Maya²³ em 1934, Dante de Laytano passou a trabalhar no Museu Julio de Castilhos como 1º oficial da instituição (NEDEL, 1999). Foi apenas no ano de 1950 que Laytano atuou na diretoria do Museu. Nos primeiros dois anos esteve no cargo substituindo o até então diretor da instituição, Dr. Emílio Kemp²⁴.

O Governador do Estado do Rio Grande do Sul nomeia o subdiretor padrão XIII Dante de Laytano para exercer, em substituição a partir de 12 de setembro do corrente ano o Cargo de Diretor padrão XIV do Museu Julio de Castilhos, enquanto durar o impedimento do respectivo titular Dr. Emilio Kemp. PALACIO DO GOVERNO EM PORTO ALEGRE 1950. WALTER JOBIM / GOVERNADOR DO ESTADO. (SOUZA, 2014, p. 81)

Ao visualizar as ações de Laytano no Museu Julio de Castilhos, podemos perceber as mudanças na proposta da instituição como espaço cultural. O diretor do Museu na década de 1940, Emílio Kemp, almejava a criação de um Curso de Museus, com a intenção de capacitar os funcionários destes espaços com um olhar voltado para os museus como espaço educativo (QUADRADO, 2022). Com a troca de nomes no cargo da direção, Laytano produziu uma série de articulações na instituição sobre a perspectiva de priorizar pesquisas, estas majoritariamente no campo do folclore, de acordo suas demandas e interesses:

²³ Alcides Maya foi um jornalista, político, contista, romancista e ensaísta que atuou como diretor do MJC de 1925 a 1939. Para mais informações sobre Alcides Maya, recomendo a tese de Ana Celina Figueira da Silva (2018) intitulada “*Investigações e evocações do passado : o Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre-RS, 1925-1939)*”. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180928> Acesso em: Fevereiro de 2023.

²⁴ Emilio Kemp Larbeck Filho nasceu em outubro de 1874 no Rio de Janeiro. Era médico, poeta e jornalista; atuou de 1939 a 1950 no cargo de diretor do Museu Julio de Castilhos. Para mais informações, recomendo a dissertação de mestrado de landora de Melo Quadrado intitulada “Da Intenção ao Gesto: reflexões sobre o patrimônio indígena no Museu Julio de Castilhos”. Disponível em: lume.ufrgs.br/handle/10183/237989 Acesso em: Dezembro de 2022.

Com a saída de Emílio Kemp, em 1950, em decorrência de sua aposentadoria, assumiu o cargo de diretor o subdiretor Dante de Laytano, que daria um novo direcionamento para o Museu Julio de Castilhos, concluindo o processo de “guinada para a História” iniciada na gestão de Alcides Maya. É interessante observar que Dante de Laytano seguiu um caminho que diferia totalmente da postura de Emílio Kemp acerca das práticas educativas, este voltou-se para a pesquisa histórica, em especial sobre o Folclore, e não demonstrou preocupação ou intenção em dar continuidade no processo de implantação de um Curso de Museus no Museu Julio de Castilhos. (QUADRADO, 2022. p. 146)

Outra ação de grande impacto no Museu Julio de Castilhos que pode ser utilizada para ilustrar a atuação de Laytano no cargo é o desmembramento do acervo da instituição. Em 1954, por meio de regulamento, o acervo foi dividido para criação de outras duas instituições museológicas, o Museu de Ciências Naturais do Rio Grande do Sul (MCN) - atual Fundação Zoobotânica, e o Museu de Artes do Rio Grande do Sul (MARGS) (SILVA, 2018).

Em 1954, as coleções do acervo do Museu Julio de Castilhos foram desmembradas e as peças de zoologia, mineralogia, botânica e artes foram transferidas para outros locais na cidade de Porto Alegre. Desse modo, deram-se origem na cidade às demais instituições hoje conhecidas. A partir deste desmembramento, o Museu passou a constituir exclusivamente a guarda de objetos referentes à história do Rio Grande do Sul. (SOUZA, 2014. p. 91)

O Museu de Ciências Naturais do Rio Grande do Sul ficou responsável pela parte do acervo referente a ciências naturais e o Museu de Artes do Rio Grande do Sul pelo acervo artístico, desta forma, deixando o Museu Julio de Castilhos como responsável apenas pelo acervo referente à história do Estado (SOUZA, 2014).

[...] houve todo um trabalho por parte dos historiadores gaúchos para a nacionalização das “origens históricas do estado”, já que a especialização do trabalho historiográfico no Rio Grande do Sul fez-se acompanhar da necessidade sentida pelas elites políticas em definir sua posição no conjunto nacional. (NEDEL, 1999, p.100)

A partir do desmembramento das coleções é possível observar que a função do Museu Julio de Castilhos passou a ser a pesquisa e a divulgação da história e do folclore, especialmente do Rio Grande do Sul, conforme declarado no seu novo regulamento, onde os objetivos do Museu são:

[...] adquirir, recolher, estudar, classificar, catalogar, colecionar e expor documentos e objetos históricos, etnológicos, geográficos, **folclóricos** ou curiosidades em geral, bem assim produtos de ciência e indústria modernas, especialmente do Rio Grande do Sul; contribuir para estimular, por meio de pesquisas, estudos, cursos, conferências, comemorações, concursos e publicações, o interesse pelo conhecimento da história Pátria e o amor a nossas **tradições**; manter, para uso da repartição e para consulta, uma biblioteca especializada de História, Geografia, Etnologia e **Folclore**, especialmente do Rio Grande do Sul (Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura. Departamento de Ciência e Cultura. Regulamento do Museu Julio de Castilhos, Artigo 2, p. I, 1954 apud BRITTO et all, 2011, p.12. Grifos meus)

Segundo Nedel (1999), a palavra definidora da atuação de Dante de Laytano deve ser “intermediação”. Isto se dá em decorrência das posições que Laytano alcançou em sua trajetória profissional, estabelecendo relações com diversas áreas, e articulando conexões entre campos intelectuais que se aproximaram sobre a perspectiva de ampliar sua influência na região.

Os debates sobre folclore se estabeleceram no Museu Julio de Castilhos sobre a atuação de Laytano junto a CEF, ainda sobre o contexto da redefinição tipológica da instituição museal como um museu histórico. Ao contextualizar a ideia proposta sobre o folclore que Laytano compreendia, Nedel (1999) explica que a união de história e folclore embasaram a construção da identidade regional almejada por estes movimentos.

O processo de conformação das “origens”, como já vimos, acompanhava e se fazia acompanhar da ressemantização do gaúcho, contexto em que a junção entre história e folclore impunha-se de modo a imprimir movimento ao caráter regional, conferindo à figura típica da região a faculdade necessária para sua atualização permanente em face das transformações na representação da cultura nacional. (NEDEL, 1999, p.183)

Nesta perspectiva, Laytano definiu o Museu Julio de Castilhos como uma instituição destinada expressamente ao “culto das tradições do Rio Grande” (NEDEL, 1999, p.199). Este contexto se encontra devido ao viés historiador e arquivístico que percorria a carreira de Laytano, aproximando do Museu e do Arquivo Histórico antes mesmo da década de 1950²⁵, nos permitindo interpretar o

²⁵ Destaca-se que é possível localizar evidências da atuação de Laytano no campo dos museus e do patrimônio na documentação do Museu Julio de Castilhos da década de 1940, como o exemplo aqui citado: “Um dos assuntos presente nos trabalhos do Arquivo Histórico no período pós-centenário, é o bicentenário da colonização de Porto Alegre comemorado em 1940. Nesse sentido, **Dante de Laytano, à frente do Departamento de História Nacional do MJC**, escreveu ao diretor Emilio Kemp, em 28 de junho de 1940, dizendo que: “os trabalhos do Serviço do Arquivo Histórico estão sendo desdobrados diante das contínuas consultas dos estudiosos com sistematização no

porquê destas ações parecerem tão fora de sintonia com a gestão do antigo diretor da instituição. Em correspondência de junho de 1953, Laytano conversa com Renato Almeida e descreve seu trabalho no Museu da seguinte maneira:

O nosso Zelinsky mandou-me, por intermédio do Chefe de polícia do Rio Grande do Sul, que foi ao Rio, belo exemplar duma Constituição de 1937, encardonado ricamente, num estojo muito fino, e o volume autografado pelo Dr. Getúlio e todos os ministros de estado. Porque me enviou esta constituição do Estado Novo, por intermédio da polícia, não entendi bem. Seria piada? Veio para mim porque, **nas horas vagas dirijo o Museu do Estado, embora não seja objeto de museu... apenas tomo conta dos objetos.** (Laytano, 1953 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1953, fl. 154. Grifo meu)

A frase “[...] *nas horas vagas dirijo o Museu do Estado, embora não seja objeto de museu... apenas tomo conta dos objetos.* [...]” nos dá grandes indícios se Laytano era um folclorista no campo dos museus ou um profissional de museus no campo do folclore. Para contextualizar melhor a atuação de Laytano no Museu Julio de Castilhos, levanto o questionamento de como se deu a inserção desta instituição museológica nos debates sobre folclore.

3.2 A inserção do Museu Julio de Castilhos nos debates sobre o folclore

Considerando o Museu Julio de Castilhos com a “trincheira” onde se estabeleceu os debates entre história, memória e folclore (NEDEL, 1999), nesta disputa para a instituição se estabelecer como a memória oficial do Estado, vemos várias investidas articuladas por Laytano para que o Museu Julio de Castilhos ganhasse visibilidade em âmbito nacional. O estreitamento de relações da CEF com o tradicionalismo gaúcho e a influência que o MTG vinha ganhando na região fez com que o Museu investisse em exposições abordando as “tradições gaúchas” estabelecidas por estes movimentos, sobre uma perspectiva cientificista, com embasamento em pesquisas e documentos, geralmente sustentados pela CEF.

catalogamento das peças e pela aproximação do segundo centenário da capital gaúcha” (Correspondências expedidas 1940, fl. 166. Arquivo Permanente MJC - AP.1.015). Ao final desse mesmo ano, em Relatório, Laytano informava os conjuntos documentais já catalogados e que em setembro de 1940 haviam sido publicados na Revista do IHGRGS, “ao alcance dos estudiosos”: Catálogo Sumário dos Documentos da Administração da Fazenda; catálogos de Livros Manuscritos e de Jornais e Revistas e Catálogo relativo ao “Comando das Armas” (1841-1890). Indicava também os materiais que estavam sendo preparados: Câmaras Municipais, Autoridades Militares, Comandos das Armas (súmula dos documentos), Obras Públicas, Justiça, Consulados, Arquivo Alfredo Varela, Fotografias. (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1940, fl. 140. Grifos meus.)

Cumprindo este papel, em 1954, o Museu Julio de Castilhos integrou o estande do Rio Grande do Sul na “Exposição de Tradições” realizada na Quinta da Boa Vista pelo Museu Nacional. (Correio do Povo, 1954). Ao decorrer da década de 1950, o Museu enviou regularmente funcionários a viagens destinadas a eventos folclóricos tais como os organizados pela CNF.

O Museu realizou uma mostra de Arte Regional e Folclórica que foi desenvolvida pela Associação Sul-Riograndense de Cultura e Tradições, apresentando 121 trabalhos de 10 artistas e tendo como perspectivas de suas obras a paisagem, a vida, a história e costumes no Rio Grande do Sul. Entre os trabalhos estavam esculturas, pinturas, trabalhos em cerâmica e gravuras. (SOUZA, 2014, p. 97)

Essas exposições executadas em nome do Museu Julio de Castilhos projetaram para fora do Rio Grande do Sul e para as cidades do interior, a imagem do gaúcho pela visão do Movimento Tradicionalista, solidificando o poder político dos CTG's no Estado utilizando da imagem do Museu Julio de Castilhos e da CEF para validação desta identidade que era construída. Outro grande exemplo destas ações, é a participação ativa da CEF no Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore. No jornal “Última Hora” do Rio de Janeiro de 1951, Dante de Laytano fala em entrevista sobre a representação gaúcha no Congresso e sobre a atuação do 35 - CTG.

VALIOSA CONTRIBUIÇÃO DO RIO G. DO SUL AO I CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE. A participação da Comissão Sul-Riograndense, na palavra do Prof. Dante de Laytano - Elogio aos realizadores do magnífico conclave - Darcy Azambuja, um grande regionalista - Teses, Discos, Filmes e Festival Folclórico - A participação do “35 -Centro de Tradições Gaúchas”. Por Adão Carrazzoni. (CARRAZZONI, 1951)

O Museu Julio de Castilhos cumpriu um papel central na projeção desta identidade Rio-Grandense por todo o Brasil. Em carta de julho de 1954, Laytano informa Oswaldo Cabral sobre contribuição do Rio Grande do Sul na Exposição Internacional do Folclore daquele mesmo ano, citando interações suas com Rossini Tavares Lima, secretário da Comissão de São Paulo:

Caro Oswaldo. Escrevi ao Rossini *sobre* a contribuição do Rio Grande na Exposição Internacional de Folclore. Tudo acertado. Mandarei um artista para montar nossa parte. Vilmur Olmedo é o nome *déle*, esperando que o amigo o ampare da melhor forma possível. Vamos reproduzir um **habitat de galpão gaúcho**, como desejam. Espero que o artista chega a São Paulo entre 7 ou 8 de *agôsto*, com o material todo, caso não remetemos os

objetos antes, mesmo. Sei que deve estar desesperado, entretanto seu auxílio é indispensável. Muito obrigado. (Laytano, 1954 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1954, fl. 355. Grifo meu.)

Este processo mostra Laytano enviando um artista para montar um “habitat de galpão gaúcho” na exposição, caracterizando a imagem do povo da região a estas características determinadas por estes grupos de folcloristas.

O período em que foram impetradas as modificações na estrutura do Museu [Julio de Castilhos] se fez acompanhar no Rio Grande do Sul de uma verdadeira “explosão da memória gaúcha”; quando, ao lado das pesquisas feitas pelos folcloristas, o governo estadual e as municipalidades investiram na criação de museus históricos pelo interior do estado. Este movimento de criação de novos lugares institucionais de memória contou com a assessoria prestada pelo MJC, também integrado à Comissão Gaúcha de Folclore, que inicialmente tinha como uma de suas diretrizes o incentivo ao movimento tradicionalista, em franca expansão através da atuação dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), pelos municípios do interior. (NEDEL, 1999, p.10.)

No Diário de Notícias de Porto Alegre de 15 de janeiro de 1958 segue a manchete: O Museu Julio de Castilhos cumpre com sua finalidade. O artigo apresenta o seguinte texto:

O museu Julio de Castilhos cumpriu com uma de suas mais nobres finalidades apresentando a “Mostra de Arte Regional e Folclórica” que realizou a Associação Sul-Rio Grandense de Cultura e Tradições, fundada em 30 de Março *dêste* ano e que já promoveu diversas manifestações no sentido de preservar o bom nome do movimento evocador do passado da terra gaúcha. [...] O Museu Julio de Castilhos é a sede da Comissão Gaúcha de Folclore. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1958)

Em 1959, o poder político da Comissão Estadual do Folclore era tamanho que a capital do estado do Rio Grande do Sul sediou o IX Congresso Brasileiro do Folclore (figura 6). Com Laytano à frente da organização do evento em parceria com seu amigo, Renato Almeida, o congresso ocorreu não apenas em Porto Alegre, tendo sessões em cidades do interior do Estado como Novo Hamburgo e Caxias do Sul. Esse movimento semeou a aproximação do povo gaúcho aos ideais propostos pelo folclorismo, estabelecendo raízes para expansão deste interesse não apenas pelo estudo do folclore mas principalmente pela adoração às tradições.

Figura 6 - Cartaz de divulgação do IV Congresso Brasileiro de Folclore



Cartaz produzido por Nelson Boeira Faedrich. Fonte: Acervo de Publicidade e Propaganda do MUSECOM. Disponível no repositório digital da instituição.

O cartaz ilustra o teor tradicionalista levado ao processo de construção das temáticas abordadas no evento. A imagem do gaúcho do campo, representado pela imagem do “*Centauro*” dos pampas, termo que é uma figura adotada pelo

gauchismo - imagem de um indivíduo meio homem e meio cavalo -, simboliza a simbiose do peão e do animal na pampa gaúcha (ZALLA, 2010).

Desta forma, podemos observar que o período de crescimento do poder político da Comissão se apresenta paralelamente ao crescimento da difusão dos Centros de Tradições Gaúchas pelo Estado. Mesmo que ao final do processo de consolidação do Movimento Folclorista nos centros culturais do estado, já não havia mais cooperação entre os grupos, deve-se levar em consideração que grande parte do que impulsionou a influência do MTG na cultura gaúcha foi a ação da Comissão Estadual do Folclore, esta que jamais pode ser desvinculada da imagem de Dante de Laytano e do Museu Julio de Castilhos (NEDEL, 2005b). Em correspondência expedida do Museu Julio de Castilhos de 1955, Laytano claramente indica que a iniciativa de sua gestão em posicionar referências da “tradição gaúcha” no percurso do Museu.

“TRADIÇÕES GAÚCHAS: Outra iniciativa da atual direção foi aparelhar o Museu com elementos informativos, sobre as tradições gaúchas, pois os visitantes de outras regiões brasileiras e mesmo os estrangeiros mostram o maior interesse, sempre, pelas coisas regionais do Rio Grande do Sul. Formamos, assim, duas coleções inteiramente novas [...] 1) Indumentária Gaúcha - mais de 30 quadros coloridos, devidamente explicados, conforme o testemunho escrito pelos viajantes, sobre o traje do homem e da mulher, no pampa brasileiro, que é no nosso estado. 2) Miniaturas - Uma coleção de perto de 40 esculturas, em miniatura, de autoria de Ovídio Magalhães, reproduz cenas, costumes e tipos mais comuns da vida do campo e uma série de figuras populares de Porto Alegre amplia, com muita vantagem, o mérito do presente material.” (Laytano,1955 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1955, fl. 440. Grifos do autor)

Ao mesmo tempo que o Museu Julio de Castilhos ganhava visibilidade no restante do país com as articulações do Movimento Folclorista Brasileiro e do Movimento Tradicionalista Gaúcho, observamos que organizações que atuavam no campo dos museus como o IBICC e o Conselho Internacional de Museus (ICOM) também projetavam seus eventos paralelamente ao MFB. Neste âmbito, o diretor do Museu Julio de Castilhos assumiu a posição de grande representante do Rio Grande do Sul nos eventos voltados ao campo dos museus, como o Primeiro Congresso Nacional de Museus²⁶, realizado em Ouro Preto em 1956.

²⁶ O Primeiro Congresso Nacional de Museus foi organizado pelo Comitê Nacional do ICOM e ocorreu na primeira quinzena de julho de 1956 na cidade de Ouro Preto/Brasil. Para mais informações, recomendo a tese de Ana Carolina Gelmini de Faria (2017) intitulada “Educar no museu : o Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932-1958)”. Disponível em: lume.ufrgs.br/handle/10183/158339 Acesso em: Fevereiro de 2023.

Alguns [agentes], inclusive, assumiram duplo papel de autoridade, a exemplo de Dante de Laytano - na ocasião diretor do Museu Julio de Castilhos -, que participou do Congresso como delegado do Estado do Rio Grande do Sul e representante do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), comissão brasileira da UNESCO, na época presidida pelo professor jurista Themistocles Cavalcanti. Na primeira condição, foi encarregado de apresentar, no plenário do Congresso, um Relatório sobre os museus do Rio Grande do Sul. Na segunda representação, reforçou o empenho do IBECC pela criação de uma campanha nacional dos museus com orientação da UNESCO, que pretendia realizar, ainda naquele ano, um movimento internacional simultâneo para prestigiar, popularizar e melhorar os museus. (FARIA, 2017, p.110)

Como Dante de Laytano anunciou, no mês seguinte ao Primeiro Congresso Nacional de Museus foi noticiada a adesão da França à Campanha Internacional dos Museus, atendendo às sugestões da UNESCO. De acordo com Faria (2017, p.112-113) "[...] é possível identificar que no dia 21 de agosto de 1956, Themistocles Cavalcanti, presidente do IBECC, convocou diretores de museus para estudarem a adesão do Brasil à Campanha Internacional da UNESCO". Dante de Laytano passou a ser o representante do Rio Grande do Sul para implementação da campanha cultural de popularização dos museus, seja por sua posição no IBECC, seja pela posição já alcançada no final da década de 1940, mais precisamente 1947, no Comitê Nacional do ICOM, como membro da primeira gestão (FARIA, 2017). Para demonstrar seu trabalho na Campanha Internacional de Museus, Laytano chega a escrever para Georges Henri Rivière em 1956, na época, diretor do ICOM:

Ilustre colega [Georges Henri Rivière, Director of ICOM]
Tenho a *subida* honra de levar ao conhecimento de V.Exia. que no Brasil, na cidade de Pôrto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, realizou-se um programa da "Campanha Internacional de Museus". [...]
Dante de Laytano
(Presidente da Comissão de I.B.E.C.C. Seção do Rio Grande do Sul e do Comitê Brasileiro do ICOM). (Laytano, 1956 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1956, fl. 173).

Transitando entre os campos do folclore e dos museus, Laytano promoveu ações, eventos e pesquisas que o qualificaram como um intelectual mediador destes campos, o que o permitiu estabelecer o Museu Julio de Castilhos como um espaço de memória para difusão do folclore no Estado. Ao integrar grupos que o aproximavam de outros agentes de museus, muitas vezes Laytano encontrava-se em confronto, já que o seu pensamento para a instituição museológica na qual atuava priorizava os assuntos relacionados aos objetivos do Movimento Folclórico

Brasileiro. Em correspondência trocada com Renato Almeida em 1956, Laytano se demonstrou insatisfeito com organizações relacionadas ao campo dos museus.

[...] O assunto Museu é bem engraçado. Imagina que a turma do IBEC está completamente muda... A Campanha Internacional de Museus deu infinidades de aborrecimentos. Pedi a Dante Costa²⁷ que por amor de Deus, me mandasse o nome dos componentes da Comissão Nacional de Museus. Ao menos isso. Mas pelo que vejo, moita... [...] A nossa Comissão Gaúcha de Folclore não está de todo morta... Faço força para salva-la. Parece que poderei contar com a Comissão de Ciências Sociais do *Ibequisinho* local. Bem, tudo isso são outros quinhentos. Quero que saiba que participo dessa agitação toda apenas por sua causa. Porque eu aqui tenho mil e um problemas. [...] reuni a Comissão Estadual de Museus do IBEC, com conferências e a presença de 11 diretores de Museus do Rio Grande. Que inferno. [...] Acho que vou ficar louco. Já não estou. No meio da tempestade, sua carta. [...] Vá ensinando uma coisa gaúcha. Seu amigo firme - Dante de Laytano. (Laytano, 1956 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1956, fl. 39.)

Na correspondência emitida, Laytano além de demonstrar irritação com agentes do campo de museus, valoriza as ações de sua CEF, evidenciando o caráter pessoal atribuído a sua atuação como Secretário-geral da Comissão. Pode-se conectar isso a outro tópico presente na correspondência, que seria novamente a valorização da amizade entre o diretor do Museu Julio de Castilhos e o Secretário-geral da CNFL.

Outro ponto a ser destacado, são as organizações referentes ao campo dos museus citadas no trecho. Termos como o *“Ibequisinho local”* que se refere a Comissão estadual do IBEC, ou a Comissão Estadual de Museus do IBEC chamaram minha atenção, já que muito pouco foi produzido sobre estes grupos.

A partir disso, observamos que a relação *“Entre o Folclore e o Museu”* passou a ser muito integrada durante a gestão de Laytano. O Museu Julio de Castilhos e a Comissão Estadual do Folclore atuavam no dia-a-dia como uma só organização. Isto pode ser representado com as exposições sobre tradições promovidas pelo Museu Julio de Castilhos sempre vinculadas à CEF. Nesta perspectiva, identifica-se Laytano como o principal responsável por este vínculo, sendo o agente que levou o folclore de forma institucional para o Museu. Um folclorista que atuou no campo dos museus

²⁷ Dante Costa aparece junto a Dante de Laytano e outros agentes de museus no I Congresso Nacional de Museus em 1956, em imagem que utilizada na dissertação de Natália de Figueirêdo Biserra, intitulada *“MEMÓRIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUSEOLOGIA (1963-1985): Contribuições para a institucionalização de um campo de atuação profissional.”* Disponível em: www.unirio.br/ppg-pmus/dissertacoes Acesso em 02/03/2023. Não foram encontradas mais informações sobre o agente.

e caracterizou a instituição como um museu histórico responsável pela preservação e promoção do tradicionalismo no estado. A partir de congressos, encontros nacionais e semanas do folclore, o Museu Julio de Castilhos se tornou, graças ao seu vínculo com a CEF, representante do folclore gaúcho em âmbito nacional - ao menos na década de 1950. Com Laytano sendo um dos principais nomes do Movimento Folclorista Brasileiro no estado, o Museu Julio de Castilhos também ocupou este espaço, por suas imagens estarem completamente atreladas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade da atuação de Laytano em sua gestão no Museu Julio de Castilhos transpassa o limite de cada campo pelo qual o agente atuou. Os vínculos entre os processos que ocorreram na década de 1950 no Museu Julio de Castilhos eram constantemente atrelados a diversos grupos com os quais Laytano esteve envolvido durante sua trajetória. Desde as investidas do Movimento Folclórico Brasileiro a partir da CEF, ou dos atritos com os agentes do Movimento Tradicionalista e seus CTG's, até interações e reclamações sobre o campo dos museus referente a organizações como o ICOM e o IBECC. Pode-se observar isso a partir do volume da correspondência expedida do Museu Julio de Castilhos referente a gestão de Laytano, onde o até então diretor da instituição interage com agentes de diversos campos, explorando uma grande variedade de assuntos, muitas vezes até pessoais, assinando em nome do Museu.

Com isto em mente, considera-se que as ações de Laytano entre o museu e o folclore impulsionam a CEF e o Tradicionalismo, estabelecendo os Movimentos no estado. Sobre esta perspectiva, Vilhena (1995) indica que quanto mais longe se estivesse dos grandes centros, mais rico seria o campo para pesquisar, simbolizando como o folclorismo se disseminou no interior do Estado. Em um discurso comemorativo dos dez anos da CNFL, Laytano elogia Renato Almeida por ter ido às "províncias" e se ter lembrado dos "Estados da Federação".

A Província é mais propícia no zelo das tradições da comunidade e desta forma o chamamento de Renato Almeida encontrou terreno preparado. As sobrevivências dos costumes, a manutenção da linguagem, a circulação das lendas, a repetição dos versos, o desempenho das danças, a fixação da continuidade dos folguedos, são privilégios da província e não se transplanta ou se exporta. (NFL, 1958. p.394. apud VILHENA, 1995, p. 215.)

Eventos como o IV Congresso Brasileiro de Folclore ganharam relevância social e cultural por serem associados a espaços institucionalizados como o Museu Julio de Castilhos. Quando movimentos como este ocorrem em espaços relacionados a ensino e cultura, ganham legitimidade para serem integrados a tão buscada e citada anteriormente neste trabalho, história oficial do estado do Rio

Grande do Sul. Em trabalho de 2015, Gomes afirma como o folclore foi institucionalizado em espaços escolarizados na região:

[...] a construção da identidade gaúcha produzida, dentro dos espaços escolarizados direcionados ao ensino do folclore do Rio Grande do Sul, vinculados ao Movimento tradicionalista gaúcho, desenvolveu-se dentro de um processo da constituição de um perfil regional, e da procura por reconhecimento social, que busca preservar uma cultura simbólica de preservação da nossa história. (GOMES, 2015, p 37)

Esta fala se relaciona diretamente com o que foi retratado na seção 2 deste trabalho, sobre a intenção do IBECC de estabelecer o folclore como matéria nas escolas, dando sentido a ideia da construção da identidade regional buscada pelo Movimento Folclórico Brasileiro.

As articulações do IBECC acerca da intenção de promover o folclore no país foram concretizadas a partir das ações da Comissão Nacional do Folclore e suas subcomissões regionais. Os eventos, projetos e pesquisas organizadas pelos folcloristas legitimaram as investidas do Movimento Folclorista Brasileiro, construindo uma base forte suficiente para a institucionalização do MFB com a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e o estabelecimento de uma identidade nacional.

As ações de Renato Almeida com a CNFL e de Dante de Laytano com a Comissão Estadual do Folclore do Rio Grande do Sul ilustram suas práticas, com o Folclorismo passando a ocupar espaços já institucionalizados, como escolas, centros culturais e museus. Observa-se isso em âmbito regional com a CEF sendo sediada no Museu Julio de Castilhos e comandada por Laytano. A integração do folclore ao Museu fez com que o discurso folclorista fosse legitimado pela imagem da instituição como espaço responsável pela história oficial do Rio Grande do Sul. Imagem esta, atrelada ao diretor da instituição, um folclorista que atuou transitando entre os campos do folclore e dos museus, utilizando de sua posição para concretizar os projetos que idealizava, o que acabou por inserir o Museu Julio de Castilhos nos debates sobre o folclore e estabelecer uma identidade cultural regional para o estado a partir do tradicionalismo.

O método utilizado para execução deste projeto foi muito enriquecedor, já que dialogava diretamente com pesquisas que foram utilizadas como referência para

este trabalho. A correspondência expedida e recebida do Museu Julio de Castilhos já havia sido pesquisada por Letícia Nedel (2005b) para sua tese intitulada “Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)”, o que possibilitou ao analisar os mesmos documentos, que eu tivesse um olhar direcionado ao campo da Museologia, buscando compreender as ações de Laytano como agente de museus. Deve-se destacar ainda, que há muitas informações nestes documentos que não foram abordadas neste trabalho por decorrência do recorte temático ou por falta de recursos. Os desafios que foram impostos nos primeiros momentos da pesquisa, como por exemplo o processo de encontrar fontes, foram rapidamente superados a partir da identificação de termos durante a investigação que ocorreu com a documentação do Museu Julio de Castilhos. O fato do Museu ter sido o espaço central do trabalho, disponibilizando um grande volume de fontes localizadas no mesmo ambiente, permitiu que o processo ocorresse de forma prática e eficiente para execução da pesquisa.

A partir do que foi possível se analisar, identifica-se pela perspectiva de Dante de Laytano, como se deu a atuação de profissionais de museus ao utilizar o folclore como ferramenta para criação de uma identidade nacional. Assim como Gustavo Barroso ou Heloísa Alberto Torres, Laytano deu suporte à organização de eventos da CNFL, tornando espaços como o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional e o Museu Julio de Castilhos, difusores dos projetos do movimento folclorista. Neste âmbito, destaca-se a relação de Laytano com Movimento Tradicionalista do Rio Grande do Sul, que utilizou da CEF e do espaço do Museu Julio de Castilhos para projetos diretamente ligados à identidade regional do Rio Grande do Sul. Desta forma, Laytano utilizou da sua posição como diretor da instituição para tornar o Museu este espaço responsável pelas ações ligadas ao folclore, assim, estabelecendo novas características à instituição.

Dentro desta perspectiva, podemos analisar a partir dos atritos entre Laytano e agentes do campo dos museus - sendo estas as situações indicadas no subcapítulo 3.2 deste trabalho -, como se deu a resposta dessas organizações citadas nas correspondências, tal como a “*Comissão Estadual de Museus do IBICC*” às mudanças produzidas por Laytano no Museu Julio de Castilhos, como

por exemplo o desmembramento do acervo em 1954. Outro ponto que vale ser destacado, é como se procedeu a execução do IV Congresso Brasileiro de Folclore em 1959, levantando a questão de qual foi o papel dos agentes de museus no evento, já que pouco foi produzido sobre o assunto.

Concluindo desta forma, afirmo que ao decorrer da pesquisa foi possível identificar uma grande demanda relacionada ao tema abordado. Os congressos organizados pela CNFL possuíram grande importância para estabelecer as relações entre os folcloristas no período e ainda assim, pouco se encontra sobre os congressos que ocorreram em Curitiba (1953), na Bahia (1957) e em Porto Alegre (1959). Essa deficiência de informações também pode ser apontada em relação às exposições realizadas por todo o Brasil, que foram organizadas pelo Museu Julio de Castilhos nas décadas de 1950 e 1960 sobre a perspectiva do tradicionalismo e do que seria a cultura do gaúcho. A partir destes pontos, levanto a questão sobre o que sabemos desses agentes de museus, que acabaram por conduzir a construção dessas exposições que, pela cultura material e visual, contribuíram para a construção de uma identidade nacional.

Nesse sentido, ainda há muito o que se pesquisar sobre o tema a partir da perspectiva do Museu Julio de Castilhos. A instituição, que foi o cenário onde ocorreu os mais diversos embates sobre folclore, pode ser considerada como uma das principais responsáveis pela criação do imaginário e identidade do gaúcho que é reverberada por todo o país. Ao mesmo tempo, identifica-se a importância dos agentes de museus a partir da imagem de Dante de Laytano, estes que muitas vezes atuam sem holofotes, mas possuem uma influência determinante nos processos em que as instituições mais impactam a sociedade. Laytano, ao contrário de muitos colegas de campo, estava longe de se esconder destes holofotes, pois tinha consciência que sua atuação como diretor impactaria tanto o Museu Julio de Castilhos da década de 1950 quanto o Museu Julio de Castilhos dos dias atuais, ao definir, com o uso de seu capital, quais seriam as representações do Rio Grande do Sul - e cabe ressaltar que muitas delas vigoram até hoje. Como profissional de museus Dante de Laytano não mediu esforços para que, uma dessas representações, fosse pelo viés do folclore regional. E como folclorista reforçou a importância dos museus como instrumento de um projeto de nação assegurado pela

instrução pública, defendendo os museus como cenários de formação educacional do povo brasileiro alinhado a um discurso cultural didático-cívico que fortalecesse a unidade nacional almejada pelo governo Vargas.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Antônio Carlos Souza de. **Ciência, educação e sociedade: o caso do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) e da Fundação Brasileira de Ensino de Ciências (FUNBEC)**, 2008. Tese (Doutorado) em História das Ciências e da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

ABREU, Regina. Por um museu de cultura popular. **Ciência em Museus**. Belém: MPEG, v. 2, 1990, p. 61-72.

BARCELLOS, Daisy Macedo de. Dante de Laytano e o folclore no Rio Grande do Sul. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 252-275, nov. 1997

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.

BIASI, Loreci Maria. **Escola, Folclore e Cultura: Perspectivas Políticas e Pedagógicas**, 2008. Dissertação (Mestrado) em Educação. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, RS. 2008.

BOURDIEU, P. **Outline of a theory of practice**. Cambridge: Cambridge Press, 1977.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo, Bertrand do Brasil, 1989.

BRITTO, Luciana Oliveira de; et al. A Sala Julio de Castilhos e a construção do mito do patriarca. In: POSSAMAI, Zita *et al.* **Imagens e artefatos: estudos sobre o acervo do Museu Julio de Castilhos**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. CD-ROM.

CARRAZZONI, Adão. Valiosa Contribuição do Rio G. do Sul ao I Congresso Brasileiro De Folclore. **Jornal Última Hora**. Rio de Janeiro, RJ. Hemeroteca Acervos Digitais. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. 1951. Disponível em: http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Seca=62. Acesso em 13 de março de 2023.

CARTA do folclore brasileiro. In: **Congresso Brasileiro de Folclore Anais do Congresso Brasileiro de Folclore**. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1952. v.1, p. 77-85.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Folclore do Brasil**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1967.

CASTRO, Fernando Vale. As colunas do templo: o folclore no pensamento de Gustavo Barroso. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 35, p. 197-212, 2003.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. Heloisa Alberto Torres e o inquérito nacional sobre ciências naturais e antropológicas, 1946. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, PA, 2011.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de. **Educar no museu: O Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932-1958)**. Tese (Doutorado) em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

FATTORI, Ígor Lopes. **"Intelectual e Cola-Fina": a participação de Walter Spalding na formação do Tradicionalismo (1952-1958)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

FERREIRA, Edilaine Custódio. **"O Povo Brasileiro Através do Folclore": Reflexões da Cultura Política 1941-1945**, 2006. Dissertação (Mestrado) em História. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR. 2006.

GUESSE, Érika Bergamasco. **Silvio Romero e os Contos Populares Brasileiros de Origem Indígena: Uma Proposta de Análise**, 2009. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Respositório Institucional UNESP. Araraquara, 2009.

GOMES, Fernanda Santos. **A construção da identidade gaúcha : Relações entre ensino de história e Movimento Tradicionalista Gaúcho**. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LAHIRE, Bernard (org). Campo. **Vocabulário Bourdieu**. 1 ed. São Paulo: Autêntica, 2017. p. 64 - 66.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondência expedida**, v.1,1953.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondência expedida**, v.2, 1953.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondência expedida**, v.1, 1954.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondência expedida**, v.2, 1954.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondência expedida**, v.1, 1955.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondência expedida**, v.1, 1956.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondência recebida**, v.1, 1955.

NEDEL. Letícia Borges. Breviário de um Museu Mutante. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 87-112. 2005

NEDEL, Letícia Borges. Entre a beleza do morto e os excessos dos vivos: folclore e tradicionalismo no Brasil meridional. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 62, p.193-215. 2011.

NEDEL. Letícia Borges. **Paisagens da Província: O regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta**, 1999. Dissertação (Mestrado) em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ. 1999.

NEDEL. Letícia Borges. **Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**, 2005. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Brasília, 2005.

NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina. CATANI, A. M; (org.). **Vocabulário Bourdieu**. 1 ed. São Paulo: Autêntica, 2017.

O MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS CUMPRE COM SUA FINALIDADE. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, RS. Hemeroteca Acervos Digitais. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. 15 de Janeiro de 1958. Disponível em: http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=62. Acesso em 13 de março de 2023.

OLIVEIRA, Vânia Dolores Estevam de. A “imaginação museal” dos folcloristas. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p. 171-191, nov. 2012.

OLIVEIRA, Vânia Dolores Estevam de. Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro: estratégias e redes de resistência na construção da memória da cultura popular brasileira. **ANPUH-RIO**. Rio de Janeiro. p.171-191, Jul. 2010.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e identidade Nacional**. Editora Brasiliense. São Paulo, SP. 1986.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. **Cadernos de Pesquisa**, n.114, p.179-195, nov. 2001.

QUADRADO, Iandora de Melo. **Um Professor no Museu: Emílio Kemp e as práticas educativas no Museu Julio de Castilhos (1939-1950)**, 2022. Dissertação (Mestrado) em Museologia e Patrimônio. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2022.

SEVERO, Cristine Zirbes. **Do Folclore À Ficção: Silvio Romero e Simões Lopes Neto**, 2013. Dissertação (Mestrado) de Literatura Brasileira. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

SILVA, Ana Celina Figueira da. **Investigações E Evocações Do Passado: O Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos (Porto**

Alegre-RS, 1925-1939), 2018. Tese (Doutorado) em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

SOUZA, Vanessa Becker. Museu Julio de Castilhos: 111 Anos de História em Arquivos. **Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul**. EDIJUC. Porto Alegre, 2014.

V CONGRESSO Brasileiro de Folclore em Pôrto Alegre. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1959.

VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. Entre o regional e o nacional: folcloristas na década de 1950. **Anais da XIX Encontro anual ANPOCS: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. Caxambu, 1995.

VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão; CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 1990.

VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. **Projeto e missão: O movimento folclórico brasileiro (1947-1964)**, 1995. Tese (Doutorado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1995.

ZALLA, Jocelito. **O Centauro e a Pena: Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002) e a invenção das tradições gaúchas**, 2010. Dissertação (Mestrado) em História - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

**ANEXO A - ESQUEMATIZAÇÃO DO MUSEU ERGOLÓGICO BRASILEIRO
SEGUNDO GUSTAVO BARROSO (BARROSO, 1945B)**

ESQUEMATIZAÇÃO DO MUSEU ERGOLÓGICO BRASILEIRO (segundo Gustavo Barroso, 1945b, p.433-448)	
EIXO	TEMÁTICAS ABORDADAS
Arte da Habitação	<p>1 – <i>Materiais de construção</i>: ramos, palhas, madeiras, barro e pedra; a caieira, a olaria e a pedreira.</p> <p>2 – <i>Habitações típicas do campo e das praias</i>: palheiros, choças, barracas, cabanas de pescadores e casas de colonos; senzalas; o engenho, a fazenda, a estância, o seringal, a fazendola, o sítio e a chácara.</p> <p>3 – <i>Habitações típicas dos aglomerados urbanos</i>: casebres, mocambos, barracões, telheiros, casas de oitão e de tacaniça: de meia-água e de duas águas ou de água inteira; de meia morada, de morada inteira e de duas moradas; quartos, casas térreas, abarracadas, de sótão e de sobrado.</p> <p>4 – <i>Tetos</i>: de palha de catulé, de coqueiro e de carnaúba; de sapé e de folhas; de madeira, de zinco, de lata ou de telha de canal, com platibanda e calha ou com jacarés, biqueiras, bicas, beiras e sub-beiras; telhas reviras, de beiral e de cumeeiras; chaminés e algerozes.</p> <p>5 – <i>Pisos</i>: de terra batida, de empedrado, de seixos, de lajeotas, de assoalhos, de tacos, de ladrilhos retangulares ou oitavados e de tijolos espinhados à maneira árabe.</p> <p>6 – <i>Paredes</i>: de bagaço de cana, de palha entrançada, de lata, de pau-a-pique, de sopapo, de barro, de taipa, de adobe, de pedra solta, de canjicado grosso ou fino, de uma vez ou de vez e meia e duas vezes, de tijolo vermelho ou de tabatinga.</p> <p>7 – <i>Esboços e rebocos</i>: picado ou caído, liso ou guarnecido, estampado ou encascado, com ou sem barras de alcatrão.</p> <p>8 – <i>Esquadrias</i>: portas e janelas de talos de carnaúba ou de madeira; marcos e portais; cantoneiras e batentes; almofadas e rótulas; bandeiras de portas e lambrequins de fachada.</p> <p>9 – <i>Ferragens</i>: fechaduras de broca, aldrabas, fechos, ferrolhos, trancas, visagras, dobradiças, gonzos.</p> <p>10 – <i>Interiores e dependências</i>: alcovas, camarinhas, salas, corredores, cozinhas colônias, cozinhas rústicas e cozinhas das velhas casas de cidade com seus fogões de alvenaria, de borralhos em arcada e fornos em abóbada; pátios e terraços; varandas e sacadas; tijupares, copiars, alpendres e latadas.</p> <p>11 – <i>Aglomerados urbanos</i>: becos, ruas, largos e praças; pelourinhos, capelas e igrejas; adros e escadarias; calçamentos e capistranas; coxias e valetas; pontes e muros.</p>

<p>Arte da Habitação <i>(cont.)</i></p>	<p>12 – <i>Casas de fábrica</i>: a casa de engenho, a casa de farinha, da bolandeira e os moinhos.</p> <p>13 – <i>A defesa das terras</i>: peões e marcos; muralhas, valos e valados; sebes de espinheiro e de bambu; fossos com água; cercas de pau-a-pique espontado ou aparado: cercas de arame, de caíçara, de tesoura, de quebra-dedo e de faxina.</p>
<p>Arte Naval</p>	<p>1 – Embarcações típicas do mar e dos rios: igrítés, ubás, vigilengas e montarias; balsas, jangadas, paquetes e botes; canoas, bateiras e lanchas: alvarengas, saveiros e faluas: cúteres, iates e barcaças.</p> <p>2 – Velame – velas de jangada e de saveiros, velas redondas e latinas, catitas e coringas, brancas ou tintas de murici.</p> <p>3 – Apetrechos – âncoras e cordagens; carningas, jacumãs, toletes, palamentas e zingas; corfas e cabos; poitas e tauaçuç, lemes e quimangas.</p>
<p>Arte da Pescaria</p>	<p>1 – Barcos de pesca: a jangada com seus pertences; as canoas com as suas redes.</p> <p>2 – Instrumentos de pesca: tarrafas, arrastões e zangareias; currais, cervados e covos; puçás, landuás e generés; bicheiros, pinambabas e samburás.</p>
<p>Arte da Caça</p>	<p>1 – Armas de caça: arcos, flechas, bestas, bodoques, estilingues e baladeiras; bacamartes, garruchas, lazarinas e lacambéches; armas de fogo mais modernas.</p> <p>2 – Apetrechos de caça: patuás, chumbeiros, polvarinhos e palanquetas; pois de nhambu.</p> <p>3 – Armadilhas de caça: esparrelas e arapucas; fojos e laços; mundéus e quixós; esperas e sequis; cacuris e cacumbis.</p> <p>4 – Cães de caça: pateiros, perdigueiros, veadeiros e paqueiros.</p>
<p>Arte do preparo de Alimentos</p>	<p>1 – Peixes, crustáceos e mariscos: ovas de tainha e de camorupim; camorupins, pirarucus e xancaronas secas; curimãs e curimatãs salgadas; conservas de sururu; peixes de fumeiros; camarões secos; mixiras.</p> <p>2 – Carnes e caças: chouriços, linguiças de corda; carnes de sol. Jabá ou charque; tripa seca; toucinho, avoantes e mocós salgados; paçocas.</p>
<p>Artes Domésticas</p>	<p>A) Culinária:</p> <p>1 – Comidas: abunãs, efós, abarás, acarajés, apetés, xinxins, tacacás, cuscuzes, vatapás, carurus, moquecas, sarapatéis e sarrabulhos; feijoadas, fatadas, cozidos, mocotós, paneladas e frigideiras: angus, anguzôs, pirões, mingaus e farófiás; picadinhos, ensopados, guisados, assados e refogados; empadas e empadões, pastéis e pastelões; aruanãs e tartarugas: arroz de cuxá, pitus, patas de caranguejo e guaiamum; cabidelas e virados; perus e capões;</p>

<p style="text-align: center;">Artes Domésticas (cont.)</p>	<p>baião-de-bois, tubus e quibebes; lombos e pernis.</p> <p>2 – Sobremesas: mungunzás, canjicas, canjiquinhas, compotas, cascões, amodas e cocadas; doces-secos e pés-de-moleque; ambrósia, belas-faces, pingos de ovos e babas-de-moça; beijos, quindins, quijadinhas e bons-bocados; bolos de puba, de tapioca, de milho e de aipim. Pães-de-ló frescos e torrados; arroz de côco, arroz-doce e arroz de leite; filhós ou sonhos e fatias de parida; pamonhas e doces de leite; frutas secas e cristalizadas; doces de bacuri e de buriti, de copuaçu, pupunha, murici, bananadas, goiabadas, tamarinadas-de-santarém e taperebá-do-sertão; melados e rapaduras batidas e de côco.</p> <p>3 – Biscoitaria: sequilhos e fogosas, casadinhos e beijus, broas de milho e biscoitos de limão e de polvilho, bolachinhas e roscas de goma, brevidades rosquinhas, facões, paciências e mentiras.</p> <p>4 – Balas: alfeolos e alfenins; queimados e confeitados; balas e rebuçados; pirulitos e puxa-puxa.</p> <p>5 – Bebidas: açaiçadas, aluás, cambicas, açaçás, gingibirras, mocoarós, licores de figo, de rosa, de leite, de piqui, de jenipapo e de jabuticaba: garapas, garapadas, cajuadas e laranjadas; meladinhas, caxiris e caiçumas.</p> <p>6 – Condimentos: pimentas, louros, cominhos, molhos de jiquitaia e de tucupi; azeite de dendê.</p> <p>7 – Instrumentos culinários: panelas de barro, de ferro ou de pedra-sabão; caçarolas, frigideiras, assadeiras, cuscuzeiros e fogareiros; escumadeiras, colheres, conchas e batedores de pau; pilões, peneiras, formas, ralos, carretilhas, gamelas e caburés; grelhas, trempes e espetos; tábuas de picar carne e de fazer balas; rolos de massa.</p> <p>8 – Apresentações decorativas: papéis recortados, encanudados e frisados; atilhos de roletes de cana, saquinhos de pipocas, canudos e cartuchos; cestinhas e maços de queimados; rosários de catulé; pratos ornamentados com açúcar; desenhos e letras com canela; ramilhetes e grinaldas de alfenim.</p> <p>B) Fiação e Vestuário:</p> <p>1 – Fiação: rocas, fusos, lançadeiras, agulhas e teares; fios, romanos, pavios e punhos de rede.</p> <p>2 – Tecidos – panos crus e inteiros da terra e da Costa; lençóis e colchas; fiangos e redes de dois panos e de pano inteiro; malhas e crochês.</p> <p>3- Costura - cortes, alinhavados, pespontos, chuleios e perfilados, casas, ilhós, bainhas, babados, franzidos, pregas, machos e ninhos-de-abelha; blusas de taco e colchas de retalhos; cabeções, anáguas, calçolas, corpinhos, camisas, camisolas e timões; coletes, calças, sutambaques e chambres; bombachas e bocas-de-sino; batas ceroulas; sais de cima e aventais.</p>
---	---

<p style="text-align: center;">Artes Domésticas (cont.)</p>	<p>4 – Fazendas: chitas-de-ôlho e de ramagens; velbutinas e chamalotes; alpacas e tonquins; duraques, gorgorões e madraustos; cassas, esguiões e bretanhas.</p> <p>5 – Bordados: labirintos, crivos, barafundas, richelieus, cheios, matizes e bordados a contas, cabelos, ouro, floco e sutache.</p> <p>6 – Rendas: rendas, bicos e trutus; varandas de rede e puçás; almofadas, espinhos de cardeiro, bilros e papelões com os motivos clássicos da estrela, da rosa, dos bonecos e da baratinha.</p> <p>7 – Adornos: lenços-de-alcobaça, mantilhas, xales, ventarolas, leques, fivelas e botões; grampos, pentes, travessas, marrafas e trepa-moleques.</p> <p>C) Iluminação:</p> <p>1 – Velas: panelas de bico para derreter sebo ou cera de carnaúba, tabuleiros furados para enfiar os canudos ou formas de fazer velas; formas de folha-de-flandres; pavios de algodão; palmatórias, castiçais e lanternas.</p> <p>2 – Óleos: azeite de carrapato ou mamona; óleo de peixe e querosene ou gás; chumaços e pavios; cãndis e candeieiros; candeias e filós, lamparinas e lampiões.</p>
<p style="text-align: center;">Artes do Artesanato</p>	<p>1 – Cutelaria e armaria: quicés, pajeús, canindés, parnaíbas, punhais, facões e facas de arrasto; cabos, lâminas e enterçados; choupas de lança e agulhões de carreiros; aproveitamento de armas brancas antigas e fabricações de armas de fogo.</p> <p>2 – Malaria: bolsas, bruacas, malotes, baús, aratacas, canastras, malas de pregaria e de couro cru.</p> <p>3 – Serralharia e ferraria: ferraduras, bridões, bridas, e cabeções; trancas, dobradiças, chaves e fechaduras; enxadas, pás, alviões e cavadores; rosetas de esporas e chilenas; ferros de marcar o gado e guarnições de rodas de carroça; busca-vidas, ganchos e armadores de rede; correntes e carretéis de cacimba; marretas, marretões e alavancas; ferros-de-engomar.</p> <p>4 – Joalheria: adereços, figas, dentinhos encastoados e olhos-de-santa-luzia, balangandãs e apeiros; resplendores de santos, São Brás e São Bento; Argos, argolões, memórias e brincos; braceletes e pulseira; patinhas de besouro e dentes de cobra; moedas-berloques e medalhas; cachinhos de cabelo e botões de corrente ou de pá; cordões, corrente e correntões.</p> <p>5 – Cerâmica: panelas, chaleiras, caburés, alguidares e fogareiros de barro; pratos, copos e tijelas; quartinhas, bilhas e moringues; figuras antropomórficas ou zoomórficas para paliteiro ou brinquedos de criança; talhas, porrões, jarras de água e potes vidrados; botijas e botijões; vasos de plantar, formigueiros e formas de açúcar e alambiques de barro; urinóis; pombas de telhado.</p> <p>6 – Imaginaria: imaginários ou santeiros e encarnadores;</p>

Artes do Artesanato
(cont.)

oratórios, passos e presépios; imagens inteiras e de roca ou de vestir; santos do pau furado e carneirinhos de São João; São José de Botas; imagens de pedra-sabão, de barro e de madeira; cruzeiros, cruzeiros e crucifixos; bandeiras de novenas, ex-votos e sairés.

7 – Selaria: selas, selas-de-campo, silhões, ginetes, lombinhos, socados e socadinhos; arções e cabeçotes; arreios e cabrestos de relho ou de crina; bridas e cabeções; rebenques, açoiteiras e peia-bois; mantas, badanas, caronas e pelegos; loros, rabichos; rabicheiras, silhas, chinchas e peitorais; selotes e cangalhas; atavios de burra-madrinha; alforjes e coldres; laços e boleadeiras; surrões, vestias e guarda-peitos de vaqueiros.

8 – Carpintaria: porteiras, cancelas e matabus; cambões e cangas; cambitos e paus de cangalha; cumeeiras, terças, virgens, escoras e tesouras; esteios e mourões; catres, cavaletes e jiraus; forquilhas de dois ou três ganchos; paus de carregar peixe; cataventos e caixas de engraxate.

9 – Marcenaria: bengalas de muirapinima, canela de veado, jucá e jacarandá; tabuleiros, caixas e caixinhas de segredos; lavrados, entalhados, recortados, torneados e embutidos; mesas e mesinhas; tripeças e cadeiras; arcas de ximbó e cômodas de gavetas; camas e armários; torneiras ou cabides de tornos; corrimãos e balaustradas; lambrequins de chalé; grades, tamboretas, mochos, bancos furados, bancos de jarra e bancos de sentar, de carapina e de sapateiro.

10 – Sapataria: alpercatas, chinelos, coturnos, botinas, borzequins, perneiras, botas de couro cru; saltos, meias-solas e solas inteiras.

11 – Funilaria: latas e bacias; jarros e regadores; chuveiros e banheiras; latões e baús; calhas e jacarés; funis, canecas, canecos e canecos de cabo; gaiolas de periquito e gaiolas de papagaio; ventoinhas e cataventos de brinquedo; tijelinas de seringueira e furadores de sacos.

12 – Cordoaria: cordões, poitas, cordas de tucum, de carnaúba, de malva, de cabelos e de crinas.

13 – Tanoaria: pipas, barricas, quartolas, tibas, barris, barriletes de carregar água, baldes.

14 – Cestaria e tecidos de fibras: paneiros, cestos, cestas, urus, jacás, balaies e mocós; tapumes e esteiras; cestos de corda; chapéus lisos e de casco-de-peba; forros de cangalha; urupemas, peneiras e cessadores; vassouras de carnaúba e piaçava; espanadores e caçúas.

15 – Barbearia: escovinhas, moscas, passa-piolho, costeletas, peras, cavanhaques, andós, soíças, nazarenas, bocas de ninho, barbas de bico, de pontas, à brasileira, inteira; cacheados, frisados, lisos; óleo de erva de babosa, tônicos vegetais e banhas de cheiro.

16 – Carreiro: o carro de bois, a liteira, a cadeirinha e seus pertences, paus de rêde com seus prendedores.

17 – Foguetaria: ronqueiras, morteiros, fogos de vista sem ou

Artes do Artesanato (cont.)	com movimento; foguetes de lágrimas ou de assobio, rojões; busca-pés com estouro ou de limalha; espadas e rodinhas; traques-de-velha e espanta-coiós; bombas, chuveiros, pistolas e cabeças de negro.
Arte das Representações	1 – Lapinhas: presépios animados, presépios de sombra e lapinhas; pastorinhas e bailados. 2 – Carnaval: frevos, maracatus, ranchos, cordões e préstitos. 3 – Autos: o bumba-meu-boi, os fandangos, os congos, reisados e cheganças.
Arte Coreográfica	1 – Danças: baianos ou baiões; cateretês e sapateados; maxixes e embigadas; puladinhos e corta-ventos. 2 – Bailados: dança das flores, dança das fitas, cocos, contradanças e quadrilhas matutas.
Arte dos Mecanismos	1 – Peças motoras: rodas de água, cataventos, bolandeiras, rodas de manivela. 2 – Peças movidas: moinhos, caitetús, engenhos. 3 – Mecanismo simples: monjolos, banguês e cegonhas.
Arte da Destilação	1 – Aguardentes: cachaças, caninhas, cumbes, paratis e laranjinhas. 2 – Vinhos: de caju, de laranja, de jenipapo. 3 – Licores: de piquei, de leite, de jabuticaba.
Arte da Feitiçaria	1 – Ritos: macumbas, candomblés e pajelanças; altares, orixás, maracás, tambores, espadas, ventarolas e conchas. 2 – Tipos: feitiçeiros, curandeiros, benzedores e pais-de-santo. 3 – Feitiços: despachos, caborjes, mandigas e patuás. 4 – Talismãs: orações-de-trás-da-porta, amuletos, bentinhos, ferraduras, ovos, chifres e cabeças de boi.
Arte Funerária	1 – Enterros: velórios, coroas, grinaldas, ramos, caixões de anjo, redes fúnebres, esteiras, mortalhas, anjinhos. 2 – Sepulturas: montes de pedras, cruzes de pau, telheiros de sepultura, campas e covas; letreiros, cemitérios e ornamentações de túmulos.
Artes da Criação dos Bichos	1 – Pecuária: marcas de gado, heráldica dos ferros ou marcas a fogo e dos sinais de orelhas; o giz; o couro de arrasto e os laços; currais, mangas e bebedouros; cores do gado; as miunças; pastos e cercados; boiadeiros, vaqueiros, cavalarianos, peões e alquiladores; os cavalos e seus pelos; regras de Galvão; passo, chouto, trote, estrada baixa e alta, meio, marcha, baralha e esquipado, galope e corrida; argolas de ensinar; alveitaria; tropas, comboios e boiadas; vaquejadas,

<p>Artes da Criação dos Bichos (cont.)</p>	<p>rodeios e cavalhadas; vaqueiros, peões, rastreadores.</p> <p>2 – Apicultura: os cortiços, os arapuás; jandaíras, canudos, mosquitos, mandaiaias.</p> <p>3 – Passarinhos: alçapões, visgos e gaiolas; os pássaros canoros e os pássaros ensinados; corrupeções ou sofrês, sabiás, graúnas e cupidos, cabeças-vermelhas e xexéus; araras, papagaios e periquitos.</p>
<p>Artes Diversas</p>	<p>1 – Instrumentos de música: caxambus, cuícas, bombos e zabumbas; pandeiros e ganzás; violas, violões, cavaquinhos e rabecas; gaitas, buzos, berimbaus e marimbas; cornetins e pífaros; matracas e reco-recos.</p> <p>2 – Tintas rústicas: murici, açafroa, jenipapo, urucu, e cajueiro-bravo.</p> <p>3 – Artefatos de cabaças e cocos: cuias lisas, gravadas e pintadas, de asa, cuias de farinha, cuias de mate e cuias com ornatos de prata; cabaças ornamentadas ou simples; cuités e cumbucas; cocos lavrados com ou sem cabo.</p> <p>4 – Artefatos de chifre: guampas, trompas, copos de dados, fichas, rebenques, bengalas, bichos ornamentais, caixinhas, cornimboques, cuias de farinha.</p> <p>5 – Artefatos decorativos: flores de pano, de penas, de escamas, de conchas e de papel; borboletas, cadeias e bandeirinhas de papel de seda; cascos de tatu forrados de seda; miniaturas de navios, jangadas, carros de bois e casas de caboclos; navios, imagens e igrejas engarrafados; frascos com camadas de areia coloridas; ornato de madeira e de asas de borboletas.</p> <p>6 – Instrumentos de jogo: bagatelas, sapos, rodas da sorte, roletinhas, jaburus, cavalinhos; dados, rapas e gamões; marelas, onças e firos, bolas, petecas, pau-de-sebo, malhas e o jogo do pato.</p> <p>7 – Brinquedos: bruxas, bonecas, bonecos articulados; manja ou esconde-esconde; quadro-cantos, veadinho, boca-de-forno, bengala, anel, senhora-dona-Cândida, casamento, de marre-marré-marré, ciranda-cirandinha, trapézio, balanço, João Galamarte.</p> <p>8 – Pesos e medidas: litros de pau, varas, côvados, onças, alqueires.</p> <p>9 – Artefatos de tartaruga: tabaqueiras, pentes, grampos, caixas, bauzinhos, cigarreiras, cabos, etc.</p> <p>10 – Artefatos de metal: chocalhos e cincerros; tacos e caldeiras; castões e ponteiras de bengala; correntes de papagaio; esporas, estribos e caçambas.</p> <p>11 – Artefatos de osso: ornamentos, cabos de faca e de colheres, etc.</p>

Fonte: Dados de pesquisa, elaborados a partir da adaptação do artigo *Museu Ergológico Brasileiro* (BARROSO, 1945b, p.433-448). In: FARIA, 2013, p.198-204.